

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

RODRIGO ALBUQUERQUE COORSH

TEORIA DO DECRESCIMENTO ECONÔMICO:
Elementos Teóricos e Experiências de Decrescimento

RIO DE JANEIRO
AGOSTO 2018

RODRIGO ALBUQUERQUE COORSH

TEORIA DO DECRESCIMENTO ECONÔMICO:
Elementos Teóricos e Experiências de Decrescimento

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia como parte dos requisitos para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Alexis Saludjian.

RIO DE JANEIRO
AGOSTO 2018

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor.

Dedico esse trabalho a minha mãe, que me incentivou, me cuidou, e me deu as ferramentas necessárias para chegar até aqui. A ela por ser seu maior sonho a minha formação, e de ser meu motivo de perseverança nas dificuldades. Por ter olhado por mim em terra, e certamente no céu.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que estiveram presentes durante minha jornada na faculdade os quais contribuíram em maior ou menor grau para a conclusão dessa empreitada, pois entendo que sem eles esse sonho talvez não fosse alcançado.

Começarei agradecendo ao meu tio Henrique Moura, a minha tia Morghanna Silkmoon, aos meus primos e primas Ana Carolina Moura, Ana Paula Moura e Aleph Moura, que desde o início da minha caminhada, ainda no Mato Grosso, me acolheram como mais um membro da família e prestaram toda a ajuda e suporte necessários para a inscrição e meu estabelecimento na faculdade e no estado. Passando com eles ocasiões festivas aos quais estava distante de minha família nuclear, sendo isso de extrema importância para o meu balanço emocional.

Em seguida agradeço aos companheiros Caiubi Kuhn e Lucio Andrade por terem me acolhido na casa dos estudantes em um momento onde não tinha onde morar, ação que me possibilitou dar prosseguimento com meus estudos na UFMT até minha transferência para a UFRJ. Agradecendo também especialmente aos companheiros de casa Carlos Muniz que dividiu seu quarto comigo e Paulo Shina que se tornou um grande amigo nesse processo de convivência. Além disso, gostaria de agradecer também a todos os outros companheiros de casa pelo privilégio da convivência, entre eles Gabriel Gomes, Diego Paes Barbosa, Carol Christovão, Leonardo Wilson, Ricardo dourado, Jeferson Crispim, Maciel, Marcelo Galé, Vitor, Rogério, “Pelotas”, Augusto Lucas, e as companheiras de movimento Celly ALvez, e Ana Paula Araújo pelos momentos incríveis vivenciados. Por último me resguardo a prestar minhas homenagens ao companheiro João Luiz Angelo Pita que desencarnou precocemente há três anos atrás, deixando um vácuo de saudade nos corações daqueles que tiveram o prazer de conhecê-lo.

Aqui gostaria de agradecer aos meus amigos de sala e de curso que compartilharam comigo memoráveis momentos nesse período de dois anos no Mato Grosso, em especial aos amigos Mateus Lima, Fernanda Ambrosio Marques, Diones Amaral dos Santos, Débora Arantes, Sâmila Cristina, Annalissa Nezu, Paulina Medeiros, Maísa Zambiazzi, Thainá Louise, Cláudia Rondon, e Karla Alves.

Encerro meus agradecimentos desse período de estadia no Mato Grosso agradecendo a família do Mateus Lima, e da Thainá Luise, que me ajudaram em momentos de dificuldade e doença, me deram suporte e me acolheram durante esse período, ajudando a suprir um pouco da falta de casa. Declaro meus mais singelos agradecimentos ao Sr. Ésio Lima, a Sra. Geralda Magalhães, a Ésio Lima Junior, a Mateus Lima, e a Paulo Vitor Magalhães que tenho pra mim também como minha família.

Continuarei por agradecer a todos da minha família que se fizeram presentes após o falecimento da minha mãe, mas em especial minha tia Marlene Albuquerque da Costa, meu tio Wilson Coelho da Costa, e minha prima Priscila Albuquerque da Costa que me deram suporte não apenas após o falecimento da minha mãe, mas me acompanharam durante toda a caminhada até aqui feita, abrindo sua casa para mim e me tendo como hóspede, me fornecendo todo apoio necessário, inclusive financiando minha permanência na faculdade em um período que não tinha a quem recorrer, e nem como me sustentar, sendo eles em especial responsáveis pela minha continuação na faculdade.

Gostaria de agradecer também a Fernando Zuloaga e a Sra. Livia Calasans e toda sua família por me acolherem em sua casa, diminuindo a jornada até a faculdade de três horas para uma hora e meia, criando a possibilidade para que eu pudesse começar a estagiar, e a Dna. Maria do Socorro Carneiro, que também me acolheu em sua casa, diminuindo minha jornada até a faculdade e me possibilitando a estagiar.

Agradeço a minha irmã Núbia Albuquerque Moura por estar sempre ao meu lado desempenhando impecavelmente seu papel de irmã, me ajudando dentro e fora das suas possibilidades em todos os períodos da minha vida, sendo companheira, amiga e por muitas vezes desempenhando o papel de mãe. Agradeço por toda a ajuda e todo o suporte prestados, sendo o seu amor e seu incentivo peças chaves para eu poder me manter trilhando esse caminho.

Quero agradecer também minha companheira Fernanda Carneiro da Silva que me acompanha por mais de três anos nessa caminhada, estando ao meu lado na alegria e na tristeza, na saúde e na doença, na pobreza e na pobreza, sempre me incentivando e me fornecendo ânimo para continuar o árduo caminho até aqui.

Por último e mais importante, gostaria de agradecer a minha mãe, que cuidou de mim e lutou, por muitas vezes se sacrificando, para me fornecer as ferramentas necessárias para eu poder chegar, ingressar, e me manter na faculdade. A ela que me ensinou os valores éticos e morais os quais foram fundamentais para construção da minha personalidade como ser humano e como cidadão. Que ao decorrer da minha vida, me incentivou a estudar, perseverar e perseguir nos meus objetivos, mesmo sem ela ter tido a oportunidade de completar o ensino médio. Agradeço a ela por ser minha motivação em seguir em frente mesmo após a sua morte, por tudo que ela fez por mim, e por tudo que eu sou. A minha mãe dedico meu maior agradecimento.

*“Por muitas pernas foi trilhado o meu caminho,
por muitas mãos construído o meu castelo, pois
nunca estive só, sendo eu uma colcha dos
retalhos das lembranças e das vidas que por mim
passaram”*

Rodrigo Albuquerque Coorsh

RESUMO

Nesse trabalho apresentaremos a teoria do decrescimento econômico através de uma crítica ao sistema capitalista e ao modelo baseado no crescimento econômico, e apresentando modelos de organização social alternativos aos presentes nas sociedades capitalistas. O trabalho encontra-se dividido de forma que primeiro é questionado o crescimento econômico, suas limitações e suas externalidades, depois é feito um debate a cerca das mudanças necessárias para transição para uma sociedade do decrescimento, e por último é estudado a alternativa das ecovilas como um exemplo de organização social de sucesso estruturada de forma completamente diferente do modelo social dominante. Concluindo que o crescimento não é mais desejável e que é possível uma mudança para uma sociedade não pautada no crescimento.

ABSTRACT

In this work we will show the degrowth economics theory through a criticism about the capitalist system and the social structure based on growth, showing alternative models of social organization present in the capitalist societies. This work have been divided in a way that, first, the economic growth is questioned, its limitations and its externalities. After, a debate about the necessary changes to a transition to a degrowth society is done, and lastly the ecovillages alternative is researched as an example of successful social organization structured in a different way than the hegemonic social model. In conclusion, that growth is no more desirable and that changing to a society not ruled on growth is possible.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Gráfico do dia de sobrecarga da terra..... | 21 |
| Figura 2: Dia da sobrecarga de acordo com a pegada de cada país. | 22 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Indicadores biofísicos e sociais. | 32 |
| Quadro 2: Comparação de países por PIB per capita e índice de felicidade; países com variação de posição iguais ou abaixo de 3..... | 39 |
| Quadro 3: Comparação de países por PIB per capita e índice de felicidade; países com variação de posições iguais ou acima de 50 ⁶ | 39 |
| Quadro 4: Comparação de países por PIB per capita e índice de felicidade; os 10 primeiros países no índice de felicidade ⁶ | 40 |
| Quadro 5: Características das ecovilas..... | 46 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 13 |
| Capítulo 1 – Revisão teórica..... | 15 |
| Seção 1 – Críticas ao modelo de crescimento econômico..... | 15 |
| Seção 1.1 – Capitalismo e Crescimento econômico..... | 16 |
| Seção 1.2 – Crescimento econômico e suas limitações..... | 19 |
| Conclusão Seção 1..... | 26 |
| Seção 2 – Debate sobre as mudanças necessárias para transição para uma sociedade do decrescimento..... | 27 |
| Seção 2.1 – Debate sobre a necessidade de substituição do PIB..... | 27 |
| Seção 2.2 – Descolonização do imaginário..... | 33 |
| Seção 2.2.1 – Função social da economia, a batalha por Harvard, e mudança de imaginário..... | 33 |
| Seção 2.2.2 – Felicidade, PIB per capita e outros conceitos..... | 36 |
| Conclusão da seção 2..... | 42 |
| Conclusão do capítulo 1..... | 43 |
| Capítulo 2 – Experiências de decrescimento/ Alternativas no mundo..... | 44 |
| Seção 1 – Ecovilas e Ecocomunidades – definições, origem e mapeamento..... | 44 |
| Conclusão da seção 1..... | 53 |
| Seção 2 – Ecovilas e Ecocomunidades – Características, organização, objetivos..... | 53 |
| Conclusão da seção 2..... | 60 |
| Conclusão capítulo 2..... | 61 |
| Conclusão..... | 63 |
| Bibliografia:..... | 69 |
| Apêndice – Tabela completa PIB per capita x felicidade..... | 76 |

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo geral apresentar a teoria do decrescimento econômico, por meio da discussão do sistema econômico atual ao qual estamos inseridos, levantando reflexões sobre as características inerentes ao seu funcionamento, assim como, as consequências sociais e ambientais da manutenção de um modelo econômico baseado no crescimento. A teoria do decrescimento econômico é primeiramente uma crítica ao crescimento econômico, e ela “resiste a uma definição única. Assim como a liberdade ou a justiça, ela expressa uma aspiração que não pode ser fixada em uma simples frase” (D’Alisa et al, 2016, p. 18). Não tendo ela por objetivo definir um novo modelo de sociedade pronto, mas apontar um direcionamento ao qual a sociedade deveria buscar para enfrentar diversos problemas sociais e ambientais existentes, o qual seu solucionamento não é possível dentro de uma sociedade do crescimento, pois ele é sua causa. Esse direcionamento inclui uma gama de conceitos e valores que serão necessários a possível transição para uma sociedade não pautada no crescimento, sendo alguns desses valores: Sustentabilidade, autonomia, convivencialidade, cuidado, simplicidade, compartilhamento, recursos comuns, pertencimento, felicidade, etc. A ideia não é somente diminuir o fluxo de materiais, e o consumo dentro de uma sociedade capitalista, pois isso aumentaria os problemas sociais existentes, onde é lógico que uma sociedade baseada no crescimento enfrentará complicações se não crescer, e por isso se faz necessário à construção de uma sociedade baseada em outros valores, valores não monetários. Partindo do pressuposto que cada país e cada região possuem traços culturais únicos e diferentes uns dos outros, os teóricos do decrescimento acreditam que cada sociedade deverá encontrar seu próprio caminho para o decrescimento, mas trilhando um caminho sinalizado por alguns valores comuns. Apesar de em um primeiro momento o decrescimento aparecer como uma crítica ao crescimento, ela não se atém apenas a isso, havendo também toda uma linha de proposições positivas a respeito de práticas e políticas públicas as quais podem ser necessárias ou ao menos auxiliar num momento de transição. Dentro desse escopo focaremos em dois objetivos específicos, sendo o primeiro uma discussão mais teórica sobre capitalismo e crescimento, PIB e o imaginário capitalista, e o segundo a apresentação de experiências alternativas num marco de críticas ao crescimento.

A fim de atingir esses objetivos da melhor forma possível, no capítulo 1 nos concentraremos em abordar o primeiro objetivo específico e em seguida o segundo objetivo

específico no capítulo 2. O primeiro capítulo é dividido em duas seções, sendo a primeira focada a trazer críticas ao modelo de crescimento econômico e a segunda fazer um debate sobre as mudanças necessárias para transição para uma sociedade do decrescimento. Na seção 1.1 do capítulo 1 começamos por fazer um debate teórico sobre se o crescimento econômico é uma característica inerente do sistema capitalista, e em seguida na seção 1.2 fazemos o debate sobre o crescimento econômico e suas limitações, analisando a possibilidade de que o crescimento econômico não é sustentável e nem é mais desejável. Na seção 2.1 faremos um debate sobre a necessidade de substituição do PIB por outros indicadores, analisando se o PIB é ou não um bom indicador, começando por apresentar uma crítica ao PIB e posteriormente sugerir alguns indicadores que sejam mais compatíveis a uma sociedade não focada no crescimento. A seção 2.2 destina a falar da necessidade da descolonização do imaginário capitalista, e a mesma se divide em outras duas subseções, sendo a seção 2.2.1, responsável por abordar os temas: função social da economia, a batalha por Harvard, e mudança do imaginário, e a seção 2.2.2 tenta observar se existe alguma relação entre o conceito de felicidade e PIB per capita, e visa a discutir quais conceitos tem relação com a felicidade. A metodologia utilizada no primeiro capítulo contém o uso de livros, artigos científicos, reportagens, e bases de dados do FMI, World Happiness Report, Global Footprint Network, e Earth Overshoot Day. O segundo capítulo irá abordar experiências concretas existentes no mundo focando nos modelos de ecovilas. Esse capítulo também se divide em duas seções, sendo a primeira responsável por apresentar algumas definições, o passado histórico do movimento de ecovilas no mundo, algumas tendências e o mapeamento geográfico das mesmas, fornecendo um panorama geral. Na segunda seção do capítulo 2, concentraremos nossos esforços em fornecer informações mais específicas sobre as ecovilas, abordando suas características, o tipo de governança e instituições existentes, os valores que orientam a vida social nesse modelo, como é a estrutura e as relações sociais, e até mesmo tentar identificar questões relacionadas à saúde, educação, e segurança. No final da seção 2 discutiremos o papel das ecovilas frente aos desafios da nossa sociedade. Para realização do segundo capítulo utilizamos como metodologia livros, artigos científicos, reportagens, e documentários.

CAPÍTULO 1 – REVISÃO TEÓRICA

A teoria do decrescimento econômico foi criada visando principalmente os países ricos do norte global, onde esta discussão teórica é ainda iniciante para os países periféricos, apesar da importância da discussão das relações de poder entre os países do centro e da periferia. Apesar da importância do assunto, nos ataremos nesse trabalho em apresentar a teoria do decrescimento econômico de uma forma geral. Sendo assim, nesse capítulo iremos discorrer na primeira parte se o crescimento é uma característica inerente do sistema capitalista, e posteriormente abordaremos os custos ambientais, econômicos e sociais derivados do processo de produção e da lógica sistêmica existente em uma sociedade baseada no crescimento econômico. Por último, iremos refletir a respeito das deficiências do principal indicador econômico atual, o PIB, da importância social dos indicadores, e em conceitos como o imaginário capitalista e a necessidade de sua superação para a transição para uma sociedade que não tem seu cerne no crescimento econômico.

Seção 1 – Críticas ao modelo de crescimento econômico

Essa seção visa a abordar o principal sistema socioeconômico vigente no mundo, o capitalismo, levantando questionamentos referentes aos processos e características inerentes ao mesmo. A primeira pergunta que devemos fazer é se o crescimento é uma característica inerente ao capitalismo. Para responder a essa pergunta apresentaremos na seção 1.1 se existe um consenso a respeito, e caso não exista vamos expor opiniões divergentes sobre o assunto, a fim de se obter uma análise menos enviesada possível sobre o objeto em questão. Após respondermos a nossa primeira pergunta, questionaremos o próprio crescimento econômico na seção 1.2, apresentando suas externalidades sociais e ambientais, a fim de levar a reflexão se uma sociedade baseada no crescimento econômico ainda é um modelo compatível ao nível de desenvolvimento econômico e social alcançado, assim como, se é um modelo que atende nossas necessidades de preservação ambiental e as nossas aspirações como seres humanos. É fundamental o debate proposto nessa primeira seção, pois só se faz necessário discutir outro modelo de sociedade se a que temos hoje não for compatível com o que desejamos para o futuro.

SEÇÃO 1.1 – CAPITALISMO E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A discussão da correlação entre capitalismo e crescimento econômico é o ponto inicial de nosso trabalho, sendo esse o primeiro ponto de análise do nosso trabalho. Sendo necessária como base para as próximas seções, onde só se faz sentido questionar o sistema capitalista se existir essa relação, e apenas se o crescimento econômico não for algo desejável. Sendo assim começaremos por discutir o conceito de capitalismo.

Capitalismo é um conceito controverso. “Muitos acadêmicos o evitam. Para eles, esse tema parece ser muito polêmico, desde que surgiu em forma de crítica e foi usado dessa forma em décadas. O termo é usado de formas diferentes, e frequentemente nem mesmo é definido.” (Kocka, 2016, p.1) (tradução própria). Kocka (2016) faz um apanhado histórico do início do capitalismo, apresentando a definição e a caracterização de alguns autores clássicos, e as usa como base para definir o capitalismo. Podemos dizer que o capitalismo é um sistema econômico e social complexo e difícil de definir rapidamente, porém é comum nas caracterizações e definições dos diversos autores, que suas principais características sejam a propriedade privada, a acumulação de capital mediante ao lucro, e a existência da relação de trabalho entre capitalistas e trabalhadores, que segundo Marx, se dá através da exploração do trabalho assalariado através da mais-valia. (Andreucci, McDonough, 2016; Koncka, 2016). “Em geral, no entanto, pode-se dizer que uma sociedade é capitalista quando o capital assim definido permanece sua lógica de (re)produção predominante” (Andreucci, McDonough, 2016, p. 90).

Segundo Andreucci e McDonough (2016, p. 90).

O consenso entre estudiosos críticos é de que o capitalismo é inerentemente compelido a crescer. A autoexpansão contínua – ‘acumulação em nome da acumulação’ – é considerada como uma característica estrutural do capitalismo. [Onde] [p]ara Marx, embora a ‘reprodução simples’ seja concebível no abstrato, a necessidade que o capitalismo tem de sobrevivência em mercados competitivos está na base da necessidade de ‘acumulação por meio da ampliação da reprodução’.

Tanto Koncka, quanto os autores clássicos citados por ele, tem no crescimento econômico, ou na acumulação capitalista uma característica fundamental do capitalismo. Porém, um pouco mais a frente em seu trabalho Andreucci e McDonough (2016) admite de

que não existe um consenso entre os teóricos do decrescimento sobre a inevitabilidade da expansão capitalista. Em que

Para alguns analistas, como o economista Philip Lawn, adepto do estado estacionário, o capitalismo e o crescimento negativo ou nulo podem ser conciliados concebendo-se instituições capazes de enfrentar os efeitos sociais perturbadores da recessão, principalmente o desemprego. Os críticos marxistas, por sua vez, insistem que, embora se possam encontrar soluções temporárias para sustentar o lucro capitalista na ausência de crescimento, elas agravam ainda mais as crises e prejudicam a legitimidade do sistema. Além disso, dizem eles, as instituições políticas não podem ser tratadas ingenuamente, como se fossem externas e independentes em relação às exigências de acumulação. (Andreucci, McDonough, 2016, p. 91).

Giorgos Kallis (2017) faz um debate mais aprofundado sobre o assunto em sua obra “in defense of degrowth” (Tradução própria: em defesa do decrescimento), onde debate se é possível à existência de um keynesianismo de estado estacionário, ou mesmo capitalismo sem crescimento. Ao abordar a questão do keynesianismo¹, ele aponta que em princípio ele não vê “nenhuma razão para que saúde ou educação tenham que crescer numa taxa de 2% ou 3% por ano” (Kallis, 2017, p. 34) (tradução própria), mas que uma nação sem crescimento, pode ter problemas de financiar serviços básicos, sendo talvez o débito o principal ponto de estrangulamento. “Sem crescimento, o endividamento público em relação ao PIB vai crescer. As taxas de juros vão subir nas alturas, enquanto a arrecadação para o refinanciamento da dívida vai diminuir.” (Kallis, 2017, p.34) (tradução própria). É o crescimento do endividamento público que torna o keynesianismo de estado estacionário menos plausível, pois com a aumento da dívida/PIB, cedo ou tarde terá que ser reestruturado ou eliminado, seja por decreto ou inflação. Porém, depois de feito uma vez, não poderá ser repetido, e sem um novo débito, a possibilidade de uma política fiscal expansionista é limitada. (Kallis, 2017).

Kallis (2017) um pouco mais a frente em sua obra (no capítulo 11), faz uma análise mais abrangente sobre se o crescimento é uma característica intrínseca do capitalismo ou não. O capítulo é construído por uma análise crítica do autor sobre as ideias de John Bellamy Foster, expressas em sua dissertação “Marxism and Ecology: Common Fronts of a Great Transition” (Tradução própria: Marxismo e Ecologia: frentes em comum para uma grande

¹ Nesse ponto Kallis abordará o keynesianismo de estado estacionário, que é uma das vertentes presentes no decrescimento, que defende que é possível decrescer dentro do sistema capitalista, desde que se criem instituições e mecanismos para lidar com os problemas causados pela crise. Criando um cenário de seguridade social com forte presença do estado, mas intencionalmente sem crescimento.

transição), onde o John defende que “um sistema necessidades coletivas baseado no princípio da suficiência, é obviamente impossível em qualquer aspecto sobre um regime de acumulação de capital” (Kallis, 2017, p. 84) (tradução própria), sendo o “capitalismo um sistema que intrinsecamente gera a máxima acumulação possível e o máximo rendimento de matéria e energia”. (Kallis, 2017, p.84) (tradução própria). Nesse sentido Foster expressa uma conclusão lógica de que é impossível se manter um sistema de necessidades coletivas baseado no princípio da suficiência em uma sociedade capitalista, que está fadada a crescer. “Foster aponta que o capitalismo intrinsecamente gera rendimentos crescentes. Ou mais precisamente que: a) crescimento econômico intrinsecamente trás ganhos de produtividade, e b) Capitalismo intrinsecamente gera crescimento econômico” (Kallis, 2017, p. 85) (tradução própria). Porém, um economista ambiental ortodoxo poderia argumentar que é possível existir crescimento econômico, tendo uma dissociação absoluta, em um cenário que com os ganhos de eficiência, substituição das fontes energéticas fósseis por renováveis, e por mudanças econômicas estruturais do setor primário para setores de alto valor agregado, se teria crescimento acompanhado de uma redução do uso de materiais e energia (Kallis, 2017). Essa afirmação é rebatida por Kallis citando o paradoxo que Jevons, que relata a “mudança tecnológica que faz crescer a eficiência com a qual um recurso é usado eleva, em vez de reduzir, a taxa de consumo do recurso” (Alcott, 2016, p. 165) sendo “que o consumo rebote é maior do que a economia de engenharia” (Alcott, 2016, p. 166), onde “ganhos de produtividades são investidos em mais crescimento” (Kallis, 2017, p. 86) (tradução própria). Em relação à afirmação de Foster de que o crescimento econômico é uma característica intrínseca do capitalismo, Kallis (2017) argumenta que se definir capitalismo como acumulação de capital e acumulação de capital como crescimento, então obviamente o crescimento econômico seria uma característica do capitalismo, mas essa afirmação não levaria em conta o caráter cíclico do capitalismo e seus momentos de crise. Assim como o atual momento da Grécia, que apesar de estar com sua economia em ressecção, continua um país capitalista, que compõe o sistema capitalista global. Mesmo que com taxas de crescimento negativas, os capitalistas podem continuar o processo de acumulação através de ganhos de rendimento em relação ao trabalho e mesmo em momentos de crise econômica, nem todos os setores da economia iram ter perdas econômicas, sendo que mesmo que setores e empresas tenham perdas de capital, terão outras empresas que estarão obtendo lucro e continuarão o processo de acumulação. Não existe nenhuma “lei” econômica em que o capitalismo está “intrinsecamente” fadado a crescer, mas um capitalismo sem crescimento é

um “capitalismo com uma cara feia, que é de fato como o capitalismo se apresenta na maior parte do tempo e dos lugares. Falências, desemprego, baixo padrão de vida e privatização de áreas comuns, desapropriações e aumento das desigualdades” (Kallis, 2017, p. 88) (tradução própria).

O crescimento é o grande apaziguador dos conflitos sociais e distributivos, fazendo com que seja difícil de imaginar o capitalismo sem crescimento, e apesar de não existir nenhuma inconsistência teórica de que exista capitalismo sem crescimento (como seria o caso da reprodução simples de Marx), durante a história do capitalismo, as evidências empíricas apontam que o crescimento está diretamente relacionado às economias capitalistas e nos momentos de ausência afloram diversos problemas sociais, sendo chamado de crise. Sendo assim quanto tempo uma economia capitalista poderia sobreviver sem crescimento econômico? E uma economia não mais pautada no crescimento econômico, com visíveis mudanças das estruturas sociais e econômicas, ainda poderia ser chamada de uma economia capitalista?

É importante ressaltar que os teóricos do decrescimento não focam suas críticas no capitalismo, mas sim a qualquer modelo socioeconômico que vise o crescimento, seja ele capitalista ou socialista, pois “uma dissociação absoluta da economia do aumento do uso de materiais não foi observado tanto em sociedades capitalistas, quanto em nenhuma das variações dos ‘países socialistas atuais’” (Kallis, 2017, p. 86) (tradução própria). Sendo assim, concentraremos nossos esforços na análise dos limites do crescimento econômico.

SEÇÃO 1.2 – CRESCIMENTO ECONÔMICO E SUAS LIMITAÇÕES

Após ter visto na seção 1.1 a forte relação existente entre o capitalismo e o crescimento econômico, nessa seção nos concentraremos em debater os limites internos e externos do crescimento, afim de observar se o crescimento econômico ainda é desejável, ou não.

“Os críticos de diferentes tradições têm destacado a existência de limites ‘externos’ e ‘internos’ à acumulação de capital” (Andreucci, McDonough, 2016, p. 91). Os limites externos são as os limites biofísicos do planeta Terra, onde o crescimento infinito e sem limites não é algo desejável e nem sustentável em um mundo finito (Andreucci, McDonough, 2016).

Segundo Peter A. Victor (2016, p. 99) “O crescimento econômico costuma a ser definido como um aumento dos bens e serviços produzidos por uma economia em um determinado período de tempo, normalmente um ano. A essência do crescimento econômico, como é normalmente entendido, é o aumento do produto interno bruto de um país”.

Veremos na próxima seção alguns problemas do PIB, como indicador econômico, mas nessa seção nos ateremos a questionar todas as formas de crescimento econômico possíveis, este representado através do PIB, e seus limites internos e externos, demonstrando que o crescimento econômico infinito é impossível e indesejado. O PIB pode crescer devido a alguns fatores, sendo o primeiro (a) o aumento da quantidade de produtos e serviços produzidos, um aumento da produção, que pode se dar devido ao aumento da intensidade do uso de recursos em um determinado local. O segundo (b) está ligado a uma questão mais geográfica, onde a expansão do mercado está ligado a uma expansão geográfica do mercado, captando economias e agentes econômicos que antes estavam fora dele. O terceiro (c) é através da mercantilização, onde acontece uma incorporação de atividades que já existiam naquela região, mas que antes não eram ofertadas no mercado, como comunidades que funcionavam em uma lógica de escambo, e passam a utilizar a economia formal, ou como vários países da Europa que estão incluindo o tráfico de drogas no cálculo de seus PIB's, a exemplo da Espanha, Reino Unido, Itália e França (Folha de São Paulo, 2018, não paginado), ou como donas de casa que começam a oferecer seus serviços como diarista no mercado, e por isso ou reduzem o trabalho doméstico em sua própria casa ou não mais o fazem.

(a) O crescimento econômico encontra limites externos no aumento da produção de produtos e serviços. É impossível sustentar uma lógica econômico social de crescimento da produção e do consumo ilimitadamente em um planeta que possui limites biofísicos de materiais e energia. Latouche (2009, p. 30) aponta que “A entrada de nosso planeta numa órbita errônea remonta ao século XVIII, mas a dívida ecológica é recente”, e alerta que “[e]m termos mundiais, ela passou de 70% para 120% do planeta entre 1960 e 1999”. Estudos do “footprintnetwork²” (instituição que mensura a pegada ecológica humana no mundo) indica o dia em que a população mundial ultrapassa em consumo, a quantidade de recursos disponível

² A pegada ecológica é derivada do rastreamento de quanto tempo o meio ambiente leva para absorver a emissão de dióxido de carbono das populações e para gerar todos os recursos por eles utilizados no consumo. Onde o consumo de cada país é feito somando as importações e diminuindo as exportações. Para maiores informações sobre a metodologia acesse: <https://www.footprintnetwork.org/resources/data/>.

para o ano, onde a quantidade de recursos disponíveis seria a uma taxa em que o meio ambiente conseguiria se regenerar, uma taxa sustentável, sendo chamado de “Dia de sobrecarga da terra”. Seus bancos de dados mostram que desde 1970, data de início das pesquisas, nós já consumimos mais do que o planeta é capaz de se regenerar, e que cada vez mais cedo ultrapassamos o limite sustentável de consumo de recursos. Em 2018 o dia de sobrecarga da terra acontecerá no dia primeiro de agosto, e nosso nível de consumo ultrapassa em 70% o que o planeta pode renovar, mostrando que hoje seriam necessários 1,7 planetas terras para sustentar o nosso nível de consumo atual.

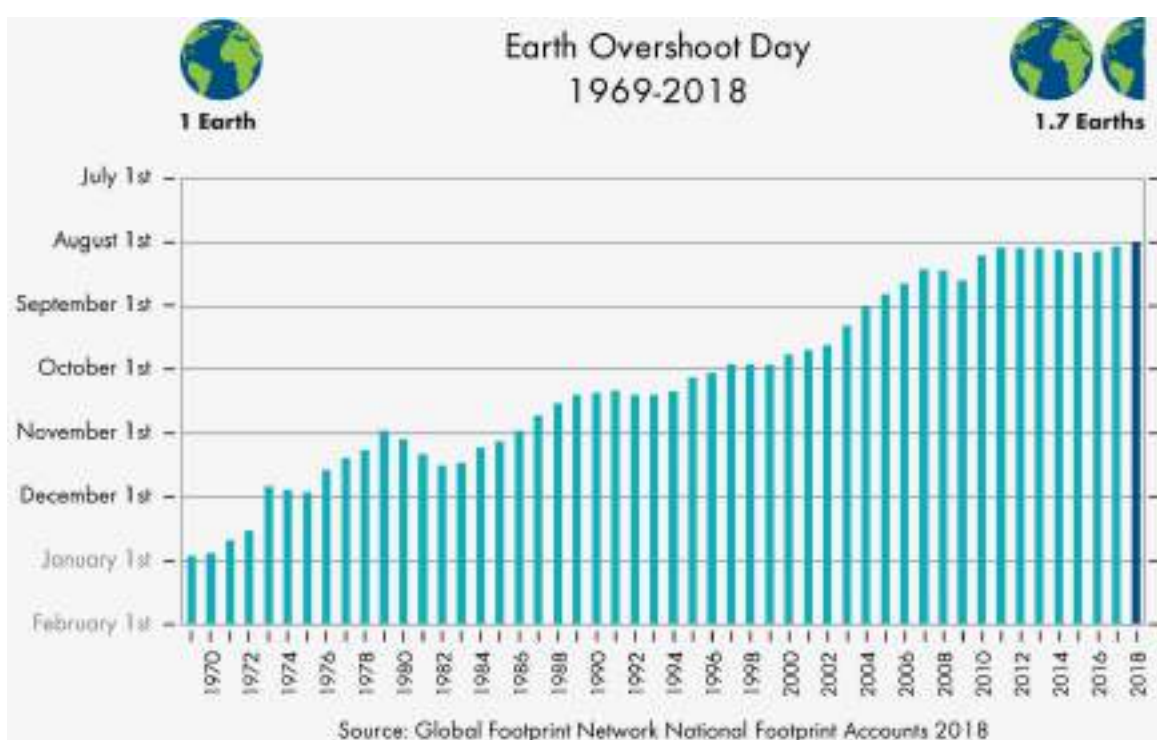


Figura 1: Gráfico do dia de sobrecarga da terra

Fonte: <https://www.overshootday.org/newsroom/past-earth-overshoot-days/>

Além disso, para manter a biodiversidade, é essencial poupar uma parte da capacidade produtiva da biosfera para garantir a sobrevivência das outras espécies, particularmente a das espécies selvagens. Essas reservas de biosfera devem ser equitativamente distribuídas entre os diferentes domínios biogeográficos e os principais biomas. Como o patamar mínimo dessa parte a ser preservada é avaliado em 10% do espaço bioproductivo, seria sensato decretar desde já uma moratória para reservar o que ainda está disponível para as espécies animais e vegetais em questão (Latouche, 2009, p. 30).

Na plataforma ainda é possível encontrar uma imagem indicando qual seria o “dia de sobrecarga global”, se a população mundial tivesse o mesmo nível de consumo dos diferentes

países. Se tivéssemos a mesma pegada ecológica do Qatar, o país com maior pegada ecológica per capita, o dia passaria de primeiro de agosto para 9 de fevereiro, e se tivéssemos a mesma pegada do Vietnã, o último país com uma pegada ecológica não sustentável, o dia passaria para 21 de dezembro. Vale resaltar que o Brasil possui uma pegada ecológica acima da média mundial, já que se todos os países tivessem a pegada ecológica do Brasil, o dia da sobrecarga passaria para 19 de julho.

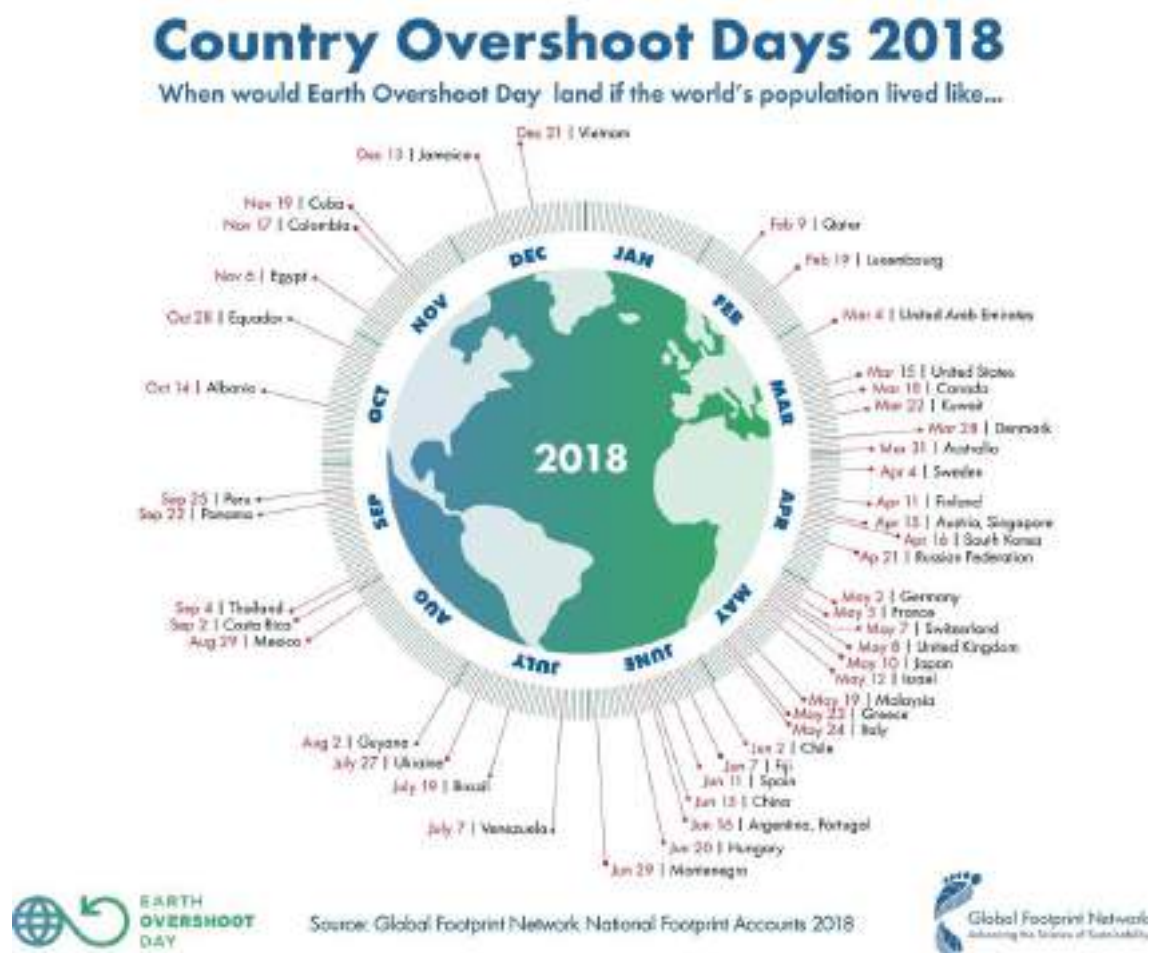


Figura 2: Dia da sobrecarga de acordo com a pegada de cada país.
Fonte: <https://www.overshootday.org/newsroom/country-overshoot-days/>

(b) O segundo mecanismo de expansão do PIB encontra limites externos, pois existe um limite biológico para a ampliação dos mercados encontrado na limitação do número de pessoas, terras e recursos. Além disso, também desencadeia diferentes problemas sociais como os relacionados às fronteiras das commodities e questões relacionadas à justiça ambiental. Na busca por novos mercados, mais recursos, afim de alimentar e atender novas demandas, as economias capitalistas estão constantemente buscando expandir suas fronteiras.

Onde “ir além das fronteiras existentes é a principal estratégia para expandir o alcance e a escala do processo de mercantilização” (Moore, 2000, apud, Conde, Walter, 2016, p.146), sendo possível continuar essa expansão até os limites de terras, produtos e relações não mercantilizadas (Conde, Walter, 2016). Ao entendimento da Escola de Economia Ecológica e Ecologia Política de Barcelona, as fronteiras das commodities seriam “onde a extração se expande geograficamente, colonizando novas terras em busca de matérias-primas” (Conde, Walter, 2016, p. 146). Os problemas causados pela expansão agrícola podem ser observados no capitalismo desde o século XV com a expansão do complexo açucareiro.

A indústria do açúcar no século XV demandava grandes quantidades de madeira, não só para sua produção, mas também para a construção de infraestrutura e navios para o transporte, gerando muito desmatamento e erosão dos solos. O esgotamento ecológico no ponto de produção e a destruição ambiental que se seguiu pressionaram a expansão capitalista em direção a outras terras por meio de um processo de flutuações cíclicas. À medida que a terra ia se esgotando, novas eram ocupadas. (Moore, 2000, apud, Conde, Walter, 2016, p. 147).

Com a destruição daqueles ambientes, ecossistemas locais não tiveram a chance de se regenerar, levando a queda da produtividade e da rentabilidade, fazendo com que continuasse e expandisse a busca por novas terras (Moore, 2000, apud, Conde, Walter, 2016). Esse processo se perpetuou ao longo dos anos, podendo ser observados nas diferentes matérias primas relevantes ao sistema ao longo dos séculos, podendo citar, minerais como carvão, ouro, prata, etc, combustíveis fósseis e produtos agrícolas como algodão, cana de açúcar (seja para produção de açúcar como para biocombustíveis), soja, milho, trigo, etc. (Conde, Walter, 2016). Esse processo foi intensificado a partir da “Revolução verde”, e

As implicações ecológicas são amplas; a vegetação superficial é removida, geralmente causando desmatamento e uma enorme perda de biodiversidade, que é pressionada e invade áreas menores. São produzidos fertilizantes e pesticidas para alimentar a expansão de culturas industrializadas, poluindo a terra, a água e os corpos. A água é extraída e usada em grandes quantidades, competindo com os usos locais e afetando sua disponibilidade e sua qualidade. A extração de minerais produz mudanças irreversíveis nas estruturas hidrogeológicas (Conde, Walter, 2016, p. 148).

Além dos problemas ambientais, esse processo implica em diversos problemas sociais para as populações locais, desde a depredação das relações de trabalho, tomada de terras, e por vezes “comunidades indígenas e camponesas, cujos modos de vida e cultura estão ligados a seu território, já testemunharam como sua terra é cercada, tomada ou poluída” (Martínez-

Alier et al, 2010, apud, Conde, Walter, 2016, p. 148). E esse é o tema abordado pelos ativistas da justiça ambiental. Segundo Isabelle Anguelovski (2016, p. 73),

A justiça ambiental está relacionada ao direito que uma pessoa tem de permanecer em seu lugar e em seu ambiente, de ser protegida do investimento e do crescimento descontrolados, da poluição, da concentração de terras, da especulação, do desinvestimento, da decadência e do abandono.

Os problemas de justiça ambiental podem ser observados em diferentes níveis. A nível internacional podemos citar as transações comerciais desfavoráveis, onde os países do norte exportam principalmente produtos industrializados e importam matérias primas, transferindo os problemas causados pela expansão das fronteiras das commodities para os países do sul, e “além disso, toneladas de resíduos tóxicos provenientes da indústria, da agricultura, e de produtos eletrônicos, e navios a ser desmontados, também estão sendo exportados para países pobres (Carmin e Angyeman, 2011, apud Anguelovski, 2016, p. 74) ; a nível nacional, onde o mesmo cenário ocorre entre as diferentes regiões do país, e em âmbito regional, que mesmo dentro das próprias regiões existe uma distribuição não equivalente dos benefícios e malefícios do produto social, onde “grupos mais ricos moram em bairros dotados de recursos e conseguem colher os benefícios de bens e confortos ambientais enquanto transferem os custos ambientais aos bairros marginalizados” (Anguelovski, 2016, p. 75), em um contexto social em que “Comunidades desfavorecidas costumam ter maus serviços ambientais, como espaços verdes, limpeza das ruas e coleta de lixo, enquanto as mais ricas e brancas gozam de privilégios ambientais – parques, litorais, espaços abertos – de uma forma racionalmente excludente” (Park e Pellow, 2011, apud Anguelovski, 2016, p. 74).

Existem os mais variados exemplos ligados a problemas relacionados (in)justiça ambiental, desde a contaminação e de riscos a saúde devido à exposição a lixões, refinarias e incineradoras, materiais tóxicos como mercúrio oriundos de minas e outros dejetos vindos da indústria, funcionários obrigados a manipular pesticidas e resíduos perigosos, além de populações inteiras que sofrem com problemas resultantes do desmatamento, erosão do solo, o alagamento de regiões causado pela construção de hidroelétricas, etc. (Anguelovski, 2016).

Os problemas ligados à justiça ambiental se perpetuam ao longo da história por fatores políticos econômicos, mostrando uma relação de poder existente por trás dos problemas sociais, em que historicamente os benefícios ligados ao crescimento são destinados a aqueles

que detém o poder e os custos são transferidos as populações socialmente mais vulneráveis, e por isso é fundamental a ampliação da democracia dentro da sociedade para o enfrentamento desses problemas. A ampliação da democracia em todos os níveis é imprescindível, pois todos os países devem ter o mesmo poder de voz e de decisão dentro das instituições internacionais. Isso é fundamental para o enfrentamento desses problemas a nível internacional.

(c) O terceiro modo de crescimento do PIB é através da mercantilização de produtos, serviços, e outras atividades que antes se encontravam fora do mercado, pois “com a tendência estrutural a entrar em declínio com a concorrência de mercado, as economias capitalistas procuram constantemente expandir as fronteiras da mercantilização a novos domínios sociais e ecológicos” (Luxemburg, 1951; Harvey, 2003, apud Gómez-Baggethun, 2016, p. 156), mas sua colonização é sempre incompleta, se deparando com limites biofísicos, institucional e social (Gómez-Baggethun, 2016).

Os limites biofísicos decorrem do caráter não fungível dos processos e componentes dos ecossistemas, o que significa que eles não podem não ser separáveis em unidades comercializáveis distintas. [...] Os limites institucionais decorrem da natureza de bem público de muitos recursos comuns ecológicos, ou seja, baixa capacidade para impedir que outros tenham acesso a eles, o que é uma condição prévia para estabelecer mercados eficazes. [...] Por fim, os limites sociais decorrem da feroz oposição que a mercantilização pode enfrentar quando afeta bens que são essenciais para cobrir necessidades básicas (Gómez-Baggethun, 2016, p. 157).

Segundo Gómez-Baggethun mercantilização poderia ser definida como “a penetração dos mercados em aspectos da vida tradicionalmente regidos por valores e normas situados fora dele [...], passando por] mudanças simbólicas, discursivas e institucionais pelas quais um bem ou serviço que não era destinado à venda entra na esfera do dinheiro e das trocas de mercado” (Gómez-baggethun, 2016, p. 155). A principal crítica ao processo de mercantilização é de que algumas coisas não deveriam estar dentro da esfera dos mercados por possuírem valores sociais e filosóficos importantes para a vida em sociedade e a própria estrutura social em si. Quando determinadas atividades são incorporadas a lógica de mercado, por muitas vezes se perde o sentido filosófico e o caráter humano da mesma. Podemos citar como exemplo bancos de crédito para pessoas que praticam trabalho voluntário, o mercado de carbono, ou as compensações pagas por empresas que poluem o meio ambiente. Ao mercantilizar esses tipos de atividades, perde-se o sentido altruísta e humano do trabalho voluntário, assim como o sentido de se preservar a vida e a natureza ao conservar os

ecossistemas, capitalizando essas relações e reduzindo esses valores sociais meramente a questões ligadas ao capital.

Apesar de seu caráter onipresente no capitalismo, a mercantilização é um fenômeno milenar e pré-capitalista, e os mercados estão entre as instituições mais duradouras da humanidade. Resituados dentro de limites sociais e ecológicos adequados, os mercados certamente terão um papel a cumprir como mecanismo de articulação em qualquer projeto político realista capaz de organizar o intercâmbio e o abastecimento em nosso planeta cada vez mais complexo e muito povoado (Gómez-Baggethun, 2016, p. 157-158).

O grande desafio é limitar o processo de mercantilização, pensando quais atividades, produtos e serviços possuem valores fundamentais para a estrutura social vigente. Para isso é fundamental se passar pelo campo da ética e da política, através de uma ampliação da democracia e de uma análise através dos valores éticos e sociais existentes em nossa sociedade. Depois de estabelecido esses limites, poderemos resituar a abrangência do mercado em nossas sociedades, para que atue apenas nas áreas onde se faz necessário. Nesse processo poderemos desmercantilizar atividades importantes para a estrutura social, pois “o processo de mercantilização não é necessariamente unidirecional nem irreversível. Os objetos entram e saem da condição de mercadoria, e a história oferece muitos casos de desmercantilização” (Gómez-Baggethun, 2016, p. 157). Podemos citar como exemplos a venda de carta de indulgências e a abolição da escravidão, que apesar de já ter estado na esfera do mercado, a deixou devido aos valores ético-sociais existentes (Gómez-Baggethun, 2016).

CONCLUSÃO SEÇÃO 1

Vimos que apesar de não existir nenhuma inconsistência teórica de que o capitalismo poderia não crescer, existem indícios empíricos entre o capitalismo e o crescimento econômico, estando ambos no mínimo estritamente conectados, e que em uma estrutura social e econômica formada com base no crescimento, a ausência do mesmo pode provocar diversos problemas sociais. Além disso, ficou demonstrado que o nível de produção mundial já ultrapassou os limites biofísicos da biosfera, apontando que uma sociedade baseada no crescimento econômico não se sustentará em longo prazo, levando a uma crise de recursos e ao que tudo indica a um colapso social. Foram abordados também os custos sociais causados pela sustentação de uma sociedade baseada no crescimento, em que devido ao caráter expansionista desse modelo de sociedade, há uma expansão das fronteiras das commodities,

gerando diversos problemas sociais e ambientais as populações mais pobres e vulneráveis, que geralmente estão distantes do local onde ele se concretiza, havendo uma distribuição desigual de seus benefícios e suas mazelas, incorrendo a questões de justiça social. Por último vimos que a mercantilização também está historicamente ligada ao capitalismo e ao crescimento econômico, apesar de ser uma prática milenar e pré-capitalista, esse processo pode destruir valores simbólicos e filosóficos presentes em determinadas atividades e mercadorias, sendo muitas vezes prejudiciais as relações humanas dentro da estrutura social existente. Em suma, o crescimento apresenta inúmeros limites externos e internos, sendo este incompatível com qualquer modelo econômico social proposto em um planeta com uma capacidade de recursos finita, além de desencadear diversos problemas sociais aos quais é eticamente imprescindível sua superação com o nível de desenvolvimento alcançado, se mostrando urgente pensar em alternativas para superação de uma sociedade com base no crescimento.

Seção 2 – Debate sobre as mudanças necessárias para transição para uma sociedade do decrescimento

Na última seção foi feita uma análise crítica de como o atual modelo de crescimento afeta em diferentes intensidades os diversos países do mundo. Apesar da distribuição não equiparada dos danos causados entre as diferentes regiões e microrregiões através do globo, é perceptível o impacto desse modelo econômico na vida de toda população humana do globo terrestre.

Sendo assim, trataremos nessa seção a necessidade de uma mudança do imaginário e para que isso aconteça é preciso também uma mudança dos indicadores econômicos e sociais que sinalizam a direção das nossas políticas públicas e a eficiência das mesmas.

Por tanto começaremos por fazer uma análise do principal indicador utilizado para mensurar e determinar o foco e a eficácia das políticas de estado, o PIB.

SEÇÃO 2.1 – DEBATE SOBRE A NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO PIB

É de suma importância discutir o PIB, pois ele é o indicador de maior importância das economias modernas, por mensurar o crescimento econômico, sendo visto a elevação do PIB como sinal de uma política econômica de sucesso, e como um passo necessário em direção ao desenvolvimento. Meadows aborda a importância e a força dos indicadores ao observar que “[eles] surgem de valores (nós mensuramos aquilo que achamos importante), e eles criam valores (nós nos preocupamos com aquilo que mensuramos) [...], onde] mudar de indicadores pode ser ao mesmo tempo uma das formas mais fortes e mais fáceis de fazer mudanças sistêmicas” (tradução própria) (Meadows, 1998, apud O’Neill, 2012).

Segundo o IBGE, a definição do PIB é:

Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O produto interno bruto também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas:

a) da produção – o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos;

b) da demanda - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços;

c) da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto. (IBGE, 2015)

A primeira crítica que podemos fazer é que o PIB é um grande sistema de somas, onde calcula todas as atividades econômicas desenvolvidas dentro do período de um ano em um determinado país, independente de sua natureza. Demonstrando claramente nosso viés político econômico atual, onde independente dos meios, o importante é crescer e produzir, não levando em consideração nenhum outro fator (O’Neill, 2016).

Fazendo uma alusão a sociedade de consumo a qual vivemos, onde é pregado um consumo ilimitado, que liga o valor de cada indivíduo ao acesso de bens de consumo,

monetizando as relações sociais e os valores culturais, podemos dizer que essa sociedade materialista é um reflexo do foco das políticas de estado, que põe o crescimento econômico acima do desenvolvimento social, conservação ambiental e de outros valores.

Para exemplificar essa problemática de uma única grande soma, utilizarei o exemplo da CSA de Santa Cruz, que sua construção acarretou diversos problemas sociais, ambientais e econômicos para a população local, que tinha na pesca sua principal atividade econômica, e ainda assim continua operando.

“A operação da CSA iniciou-se em 2010 — e irrompeu, então, a tempestade de protestos dos moradores. Eles reclamavam da poeira e da poluição do ar, de irritações pulmonares e oculares, de conjuntivites, dermatites e alergias, e das idas e vindas ao hospital. Isso chegou rapidamente aos noticiários no Rio de Janeiro: poeira da siderúrgica invade as casas dos moradores, aumento de casos de doenças etc.” (Russau, 2017, 167).

“Os pescadores foram os primeiros a protestar contra a siderúrgica, pois já tinham sofrido com a construção dos portos. As redes de pesca foram ficando a cada dia mais vazias. As estatísticas da Federação das Associações de Pescadores Artesanais do estado do Rio de Janeiro mostram que, hoje, se pesca apenas um quinto do que se pescava.” (Russau, 2017, 163).

Com o exemplo acima é possível observar uma piora da qualidade de vida da população local, sendo que esses danos não serão diminuídos do PIB, sinalizando para a população que a prioridade do poder público está no crescimento e não no bem estar social, e esse é o problema de políticas públicas orientadas por um indicador que visa unicamente o crescimento, não fazendo distinção entre atividades econômicas boas e ruins (O’Neill, 2016).

Outro problema é que o PIB não incorpora atividades não monetárias como: trabalho doméstico, trabalhos voluntários, o cuidado, etc. Se você faz o serviço doméstico em casa, ou faz trabalhos voluntários, ou cuida de um parente doente, ou escoia sua produção através de trocas, isso não é contabilizado pelo PIB; mas se você paga uma diarista, ou cobra por seu trabalho, ou contrata um cuidador, ou coloca sua produção no mercado, isso será contabilizado pelo PIB, não sendo assim um bom indicador nem para mensurar a verdadeira quantidade produzida em uma economia. Pois, apesar de serem as mesmas atividades, uma será contabilizada e a outra não, uma indicará um sinal de progresso na lógica do crescimento, fazendo que exista um incentivo a monetização da economia e das relações sociais (O’Neill, 2012, 2016).

Sendo o PIB um indicador geral do crescimento, o mesmo não comporta informações sobre a distribuição de renda, não sinalizando para os elaboradores de política econômica como o crescimento está afetando cada parcela da população, podendo mesmo com incremento da renda nacional, esta ser incorporada apenas pela parcela mais abastada da população, enquanto a grande maioria continua na miséria (O'Neill, 2012, 2016). Podemos utilizar o Brasil como exemplo, onde segundo Valor Econômico, um levantamento da LCA Consultores, com base na Pnad contínua divulgada pelo IBGE “o número de pessoas em situação de extrema pobreza no país passou de 13,34 milhões em 2016 para 14,83 milhões no ano passado, o que significa aumento de 11,2%” (Villas Bôas, 2017, não paginado), passando de 6,5% do total da população em 2016 para 7,2% em 2017 (Villas Bôas, 2017, não paginado), enquanto isso, a fortuna de bilionários brasileiros cresceu 13% e chegou a R\$ 549 bilhões em 2017 segundo a BBC Brasil (Shalders, 2018).

Por o PIB não ser um bom indicador nem econômico, nem social, nem ambiental, não podemos incorrer ao erro de querer utilizar o PIB, apenas com mudanças de metas, para uma transição para o decrescimento. Precisamos de novos indicadores capazes de medir tudo aquilo que considerarmos relevantes para a sociedade, indicadores que sinalizarão quais são as reais prioridades, onde nós enquanto sociedade decidiremos o foco das políticas públicas, para que possamos mensurar com maestria nossos avanços naquilo que colocamos como meta (O'Neill, 2012, 2016).

Em meados da década de 1960 Georgescu-Roegen foi pioneiro ao começar a investigar a integração das ciências físicas e biológicas à economia, abrindo o campo econômico aos avanços das ciências naturais no século XX, dando início à revolução termodinâmica (Bonaiuti, 2016). Surgindo como uma crítica ao mainstream econômico da época, ele apresenta um conjunto de ideias possíveis de se observar ao fazer essa conexão entre o processo econômico e as leis biológicas e físicas.

A primeira ideia é que o processo econômico, tendo raízes físicas e biológicas, não pode ignorar as limitações impostas pelas leis da física, em particular a lei da entropia. Isso leva a considerar que o objetivo fundamental da atividade econômica, o crescimento ilimitado da produção e do consumo, sendo baseado em fontes finitas de matéria/energia, não é compatível com as leis fundamentais da natureza (Bonaiuti, 2016, p.50).

A segunda diz respeito à metodologia, que ao se fazer uma representação circular, cíclica e reversível do processo econômico, faz parecer que o mesmo é capaz de se reproduzir indefinidamente (Bonaiuti, 2016). E por último, “as interações recíprocas que o processo econômico estabelece com ‘organizações socioculturais’ e as transformações qualitativas conectadas a saltos de escala no processo de crescimento” (Bonaiuti, 2016, p.50).

Com essa abordagem, ele abriu precedentes para três críticas diferentes ao modelo de crescimento, sendo a primeira focada nos limites biofísicos como abordado na primeira seção, à segunda sobre a desvinculação das ciências econômicas da realidade, e a terceira quanto aos efeitos sociais e culturais também resultantes do modelo social vigente. A partir da ideia da vinculação entre as ciências econômicas e sociais, muitos estudiosos começaram a estudar a economia incorporando conceitos como “metabolismo societal”³, “emergia”⁴ e “entropia”⁵.

Com os avanços dos estudos da bioeconomia e tendo ciência das inúmeras deficiências do PIB, há um grande número de iniciativas ao redor do mundo investigando alternativas a ele. Podemos citar: “European commission’s Beyond GDP initiative” (<http://www.beyond-gdp.eu/>), “OECD’s project on Measuring the Progress of Societies” (<http://www.oecd.org/progress/>), e “Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress” lançado pelo então presidente da França Nicolas Sarkozy (Stiglitz et al., 2009, apud, O’Neill, 2012, p. 223). Embora exista uma grande gama de indicadores ambientais e sociais, O’Neill atenta ao perigo de usar um número exacerbado de indicadores, podendo criar uma situação que seria impossível entender a complexidade de suas ligações e seus “trade-offs”. A exemplo do Reino Unido que usa 68 indicadores para mensurar o progresso de sua estratégia de desenvolvimento sustentável, ou mesmo a União Europeia que usa 100 indicadores. Tantos indicadores são importantes para o cumprimento de metas específicas, porém complexo demais para ser usados num parâmetro mundial, ou mesmo para ser compreendido pela população. Sendo assim, o mesmo sugere dois índices, um com os principais indicadores biofísicos e outro com os principais indicadores sociais (O’Neill, 2012).

³Metabolismo societal: é o padrão de fluxo energético e material necessário para a reprodução das estruturas das sociedades humanas (Sormam, 2016).

⁴Emergia: é “a quantidade total de energia disponível (geralmente do tipo solar) que é investida direta ou indiretamente pelo ambiente em um processo” (Ulgiati, 2016, p. 133).

⁵Entropia: é uma medida de energia e degradação dos recursos, é um dos conceitos básicos da termodinâmica (Ulgiati, 2016, p. 137).

É apresentado abaixo no quadro 1, possíveis indicadores que venham a compor os índices que possam substituir o PIB em uma sociedade do decrescimento, tendo sido estes formulados por O’Neill com base na declaração da primeira conferência internacional sobre o decrescimento (O’Neill, 2012, 2016).

Quadro 1: Indicadores biofísicos e sociais.

| INDICADORES BIOFÍSICOS | INDICADORES SOCIAIS |
|------------------------|--------------------------|
| Uso de materiais | Felicidade |
| Uso de energia | Saúde |
| Emissão de CO2 | Equidade |
| Pegada ecológica | Pobreza |
| População humana | Capital social |
| População de gado | Democracia participativa |
| Capital construído | Jornadas de trabalho |
| | Desemprego |
| | Inflação |

Fonte: O’Neil (2012, 2016).

Ao usar indicadores biofísicos para medir a redução do uso de materiais em uma economia do decrescimento, trazemos a tona o conceito de “desmaterialização”, que é uma estratégia voltada aos insumos de produção, visando assim focar na origem do problema. Esse enfoque é importante, pois como Sylvia Lorek relata que:

Alguns países, como Alemanha ou Estados Unidos, afirmam ter conseguido uma dissociação absoluta da sua economia (ou seja, a estabilização do uso de recursos, apesar do crescimento do PIB) como resultado de seus programas de eficiência de recursos. Na realidade, o consumo de materiais e carbono desses países aumenta, mas ocorre em países de onde eles importam cada vez mais bens materiais.

A impressão de dissociação absoluta resulta da forma como são contabilizados os fluxos de materiais. Há um processo de transferência global em curso, pela qual as economias desenvolvidas substituem a extração e o processamento nacionais de materiais, bem como processos produtivos, por recursos materiais importados de países em desenvolvimento e emergentes (Peters et al.,2011, apud Lorek, 2016, p. 125).

Esse assunto foi previamente abordado na seção 1.1, ao discutir a expansão das fronteiras das commodities e os problemas relacionados à justiça ambiental. O processo de substituição traz uma falsa sensação de redução, mas na verdade estimula a transferência das

cadeias de produção e extração para países subdesenvolvidos, não só não resolvendo o problema, mas trazendo outras complicações, como o aumento dos fluxos de materiais, e questões de justiça ambiental nesses países. Por isso “a Agência Ambiental Europeia desenvolveu programas que calculam o uso de materiais pelas economias não com base na produção, e sim no consumo” (Lorek, 2016, p. 126). Com o uso de um indicador biofísico voltado ao consumo, além de melhorar a medição do uso de materiais, ao se responsabilizar e limitar cada nação com base no consumo, também tenderá a diminuir a discrepância de utilização de recursos e acesso a bens de consumo existentes hoje entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tendendo a ter efeitos no que tange o combate à desigualdade social e à pobreza. Serge Latouche (2009, p. 28) aponta que “um cidadão dos Estados Unidos consome 9,6 hectares, um canadense 7,2, um europeu 4,5, um francês 5,26, um italiano 3,8 (...), [enquanto] [a] maioria dos países da África consome menos de 0,2 hectare de espaço bioproductivo...”, trazendo a tona o problema de desigualdade de acesso a bens de consumo em escala mundial.

Mas a mudança de indicadores e a superação do PIB é apenas o começo para uma transição para uma sociedade do decrescimento, sendo necessária também à descolonização do imaginário capitalista, para sua superação.

SEÇÃO 2.2 – DESCOLONIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO

A descolonização do imaginário é o primeiro passo para falarmos dos indicadores sociais, onde descolonizar o imaginário significa uma mudança de prioridades sociais, na qual o crescimento não seria o objetivo último da sociedade. A economia não seria o fim, mas o meio para se alcançar outros objetivos, como o combate à fome, as desigualdades, e a preservação do meio ambiente, permitindo um futuro não apocalíptico para as próximas gerações.

Seção 2.2.1 – Função social da economia, a batalha por Harvard, e mudança de imaginário.

Deveríamos querer uma sociedade na qual os valores econômicos deixassem de ser centrais (ou únicos), em que a economia fosse colocada no seu lugar, como simples meio da vida humana e não como seu fim último, uma sociedade na qual se renunciasse a essa corrida alucinada em direção a um consumo cada vez maior (Castoriadis, 1996, p. 143-144, apud Latouche, 2016, p. 120).

Ao ficar obcecados pelo crescimento, não conseguimos ver nada além dele, não vemos os problemas sociais e ambientes provenientes do mesmo, nem paramos para pensar sobre nosso papel como cidadãos, e em como nossa inércia também afeta à realidade que nos cerca. “A ideia de que o único objetivo na vida é produzir e consumir mais é absurda e humilhante, e deve ser abandonada. O imaginário capitalista do pseudodomínio pseudorracional e da expansão ilimitada deve ser abandonado”. (Castoriadis, 2010, p. 199, apud Latouche, 2016, p. 120). Hoje vivemos em uma realidade onde é impossível discutir um plano de governo sem discutir economia, e é igualmente impossível discutir economia sem falar de conceitos como crescimento e desenvolvimento, onde o segundo também está estritamente ligado à ideia do primeiro, sendo impossível discutir desenvolvimento sem falar em crescimento (Escobar, 2016). Vivemos em tempos em que existe apenas uma teoria econômica hegemônica nas principais faculdades de economia do mundo, onde apesar de suas bases frágeis e distantes da realidade, discutir algo que não seja crescimento nesses espaços é tido quase como loucura. Kallis (2017) aborda muito bem essa questão no capítulo 8 – “The battle for Harvard, or, how economics became economics” (Tradução própria: A batalha por Harvard, ou, como a economia se tornou essa economia que conhecemos hoje), onde retrata um grupo de jovens dos anos 60 que chegaram para movimentar a disciplina de economia em Harvard ao apresentar outro ponto de vista para a disciplina, rejeitando a teoria marginalista, que tomava as instituições de mercado como pressuposto teórico e achava que o objetivo da economia se resumia em melhorar essas instituições. Ele conta que nos anos que se seguiram começou uma campanha para erradicar esses jovens “radicais” de suas posições de prestígio, através da não admissão de novos economistas “radicais”, e até mesmo através da substituição dos que já faziam parte do quadro letivo, sendo os mesmos relegados a universidades de menor prestígio. “A associação americana de economistas julgou não haver motivações políticas na expurgação dos radicais, a não ser nos casos que ficou comprovado o envolvimento do FBI” (Kallis, 2017, p. 68) (tradução própria). E assim o mundo começou a ser visto por uma ótica econômica composta por agentes econômicos racionais e individualistas preocupados apenas em maximizar seus retornos pessoais, em que esses pressupostos neo-clássicos eram considerados neutros, mas tudo que fosse dissonante disso tinha motivações políticas. Com a exclusão de ideias dissonantes dos altos escalões da disciplina e dos jornais de prestígio, economistas heterodoxos acabaram por deslocar para escolas de menos prestígio ou outras matérias, criando uma hegemonia teórica neo-clássica, não fruto de um confronto de ideias,

mas fruto do poder político. “Não deveríamos ficar surpresos que a disciplina é tão monolítica e resistente a mudanças” (Kallis, 2017, p. 68) (tradução própria). Kallis termina o capítulo fazendo uma comparação entre economia e religião:

Economia se tornou o equivalente secular à religião. Isso inclui uma rede entrelaçada de escrituras (os livros texto), discípulos (estudantes), e os pregadores (professores), treinados a acreditar sem questionamentos a supremacia do livre mercado e devotos a trabalhar pra provar isso em todos os contextos, defendendo isso contra os não crentes. Assim como a igreja e o pregador antes dele, os economistas ortodoxos não vão mudar sozinhos. Eles só podem se tornar obsoletos, relíquias do passado, quando o mundo a sua volta mudar. E felizmente parece que isso acontecerá mais cedo do que se imagina (Kallis, 2017, p. 68 – 69) (tradução própria).

Apesar da existência de uma hegemonia neoclássica nas principais escolas de economia do mundo e nos principais veículos de comunicação, também as teorias econômicas heterodoxas como a keynesiana e a marxista estão focadas no crescimento, seja com uma forte presença do estado ou com os meios de produção nas mãos dos trabalhadores (D’Alisa, et al, 2016). Uma mudança do imaginário é colocar a qualidade de vida na frente do consumo, é acreditar que o ser humano deve fazer algo a mais em sua vida do que apenas produzir e consumir, é pensar nas gerações futuras, é escolher a vida.

Porém essa mudança é algo complicado, pois todos estamos inseridos no modelo de sociedade do crescimento, e nosso imaginário é algo que não controlamos, é abstrato e espontâneo. Sendo assim, como seria essa mudança? Serge Latouche aborda a questão da seguinte forma:

Sair do imaginário dominante (...), é uma questão central, mas muito difícil, porque não podemos decidir mudar o nosso imaginário e ainda menos o dos outros, principalmente se eles estiverem ‘viciados’ em **crescimento**. Não se pode deixar de pensar antes em educação, em paideia, que, para Castoriadis, tem um papel essencial (Latouche, 2016, p. 122).

[O] que significa, por exemplo, a liberdade ou a oportunidade para que os cidadãos participem, ele pergunta se na sociedade da qual estamos falando não há algo – que desaparece nas discussões contemporâneas... - que é a Paideia, a educação do cidadão? Isso não significa ensinar aritmética, e sim ensinar a ser cidadão. Ninguém nasce cidadão. E como alguém se torna cidadão? Aprendendo a sê-lo. Aprendemos, em primeiro lugar, olhando para a cidade em que vivemos. E, certamente, não assistindo à TV de hoje (Castoriadis, 2010, apud Latouche, 2016, p. 122).

E continua dizendo que “essa desintoxicação, no entanto, não é inteiramente possível se ainda não tiver estabelecida uma sociedade do decrescimento. Em primeiro lugar, devemos ter saído da sociedade de consumo e seu sistema de ‘emburrecimento cívico’, o qual nos tranca em um círculo que precisa ser rompido” (Latouche, 2016, p. 122). Portanto, a descolonização do imaginário é um processo, e como tal pode demorar algum tempo para uma total mudança, mas é importante lembrar que precisamos dar início a uma sociedade do decrescimento, pois sem um primeiro passo, nunca sairemos desse ciclo de “emburrecimento cívico”, e o rompimento com a sociedade de consumo nunca acontecerá. Para transcender o imaginário atual precisamos alimentar um novo, e para isso precisamos falar de conceitos como: felicidade, autonomia, cuidado, *dépense*, simplicidade, convivencialidade, recursos comuns (commons).

Seção 2.2.2 – Felicidade, PIB per capita e outros conceitos.

Para os decrescentistas uma mudança do imaginário passa por uma mudança de foco, tendo seu núcleo no bem estar social. Uma das melhores maneiras de medir o bem estar de um indivíduo ou de um conjunto de indivíduos é através da sensação de felicidade dos mesmos. Já vimos no quadro 1 da seção anterior que a felicidade é um indicador importante de ser mensurado segundo a primeira conferência internacional sobre o decrescimento (O’Neil, 2012, 2016). Existem diferentes correntes filosóficas que abordam o tema em diferentes óticas. A primeira é a felicidade hedônica, que associa a felicidade a obtenção de bens materiais e atividades prazerosas, enquanto a felicidade eudemônica está ligada em viver de acordo com suas potencialidades e aos seus propósitos de vida (Sekulova, 2016, p.141; O’Neill, 2012, p. 255). Em Easterlin, 2003, “[ficara] demonstrado que os domínios não monetários (como saúde, capital social, bens relacionais, estado civil e temperamento) tendem a ter um peso maior na felicidade do que os pecuniários (como as condições materiais ou o nível de rendimento disponível)” (Easterlin, 2003, apud Sekulova, 2016, p. 141), levantando a questão do paradoxo de Easterlin, “que se refere à falta de associação entre o crescimento da renda e o bem-estar subjetivo declarado dentro dos países, ao longo do tempo” (Sekulova, 2016, p.142). Diversos indicadores sociais sugerem que a partir de uma média de 20.000 dólares por ano, não há aumento do bem estar com um aumento da renda (O’Neill, 2016). Kallis sugere que “acima de um determinado nível de crescimento econômico, que satisfaz necessidades materiais básicas, uma proporção crescente da renda vai para os chamados ‘bens

posicionais⁶” (Hirsch, 1976, apud, Kallis, 2016, p. 151). Essa questão nos leva a questionar os limites sociais do crescimento, onde após atendidas as necessidades básicas, as pessoas tendem a consumir bens posicionais. Por sua natureza escassa, com o crescimento da economia, terá um aumento da demanda, que acarretará em um aumento dos preços dos mesmos e conseqüentemente uma restrição do acesso aos mesmos através do preço. Por muitas vezes é o sonho ao acesso a esses bens que servem de motivação para as pessoas quererem trabalhar mais, o que acarreta em um aumento “[d]o custo do tempo livre, tornando o lazer menos atraente, prejudicando a sociabilidade e reduzindo o tempo dedicado a família, amigos, comunidade ou política” (Hirsch, 1976, apud, KALLIS, 2016, p. 152).

Com a busca por bens posicionais em sociedades capitalistas, a uma proporção cada vez maior do produto social que é desperdiçada no consumo privado dos mesmos, enquanto bens públicos que tem o potencial de melhorar a qualidade de vida de todos, são deixados deteriorando (Kallis, 2016). Essa situação, analisada pelos conceitos de felicidade: hedônica e eudemônica, nos leva a conclusão teórica que o crescimento pode até mesmo causar uma diminuição do bem estar social, após determinado nível de renda, sendo que “o crescimento é antieconômico porque, pelo menos nas economias desenvolvidas, os problemas causados pela pobreza aumentam mais rápido do que a riqueza” (Daly, 1996, apud Kallis et al., 2016, p.21), onde “os custos do crescimento incluem má saúde psicológica, longas jornadas de trabalho, congestionamentos e poluição” (Mishan, 1967, apud Kallis et al., p. 21). Ao observar as tabelas do “World Happiness Report 2017” (Helliwell, 2017), verificamos que apesar de os dez primeiros da lista serem países de renda alta, países de renda média e baixa encontra-se bem posicionados como é o caso de Costa Rica (13°), Chile (21°), Brasil (23°), Argentina (25°) e México (26°), em contraste a países de renda alta que estão bem abaixo nessa lista, que é o caso de Portugal (90°), Grécia (88°), Hong Kong S.A.R., China (72°), Coréia do Sul (56°), Japão (52°).

Para uma melhor visualização, elaboramos um quadro, que compara diferentes países de acordo com suas respectivas colocações no PIB per capita e no índice de felicidade. Os dados referentes ao PIB per capita foram retirados do “Report for Selected Countries and Subjects”

⁶ Bens posicionais são aqueles cujo principal objetivo de seu consumo demonstrar uma posição social superior a aqueles que não o possuem. Como exemplos podemos citar os bens de luxo como: Carros de luxo, jatinhos, casas de veraneio, mansões, etc.

do site do FMI, onde é usada a medida de paridade de poder de compra, a preços de dólar internacional do período (International Monetary Fund, 2016), e os dados referentes ao índice de felicidade, foram extraídos do “World Happiness Report 2016” (Sachs et al., 2016). Embora tenham sido avaliados outros índices, escolhemos os acima referenciados por razões técnicas, onde os dados referentes à renda per capita, apresentado pelo FMI, é feito através de uma medida de paridade de poder de compra, que por levar em consideração os preços correntes e o acesso à cesta de bens de consumo média, que a população de cada país tem acesso, ao invés de valores puramente monetários, se mostra mais condizente a atender os fins propostos pela pesquisa; quanto ao índice de felicidade (World happiness report), o mesmo foi escolhido por ter abrangência mundial e por ser um indicador puramente social. Onde o “GNH” (Gross National Happiness) utilizado no Butão, apesar de ser um indicador bem sucedido, não possui abrangência mundial (Centre for Buthan Studies & GNH Research, 2015) e o “Happy planet index” (Jeffrey et al, 2016) leva em consideração a pegada ecológica na composição do índice, incorrendo ao erro alertado por O’Neill (2012), que é o de misturar indicadores sociais e biológicos, fazendo com que não seja possível definir as causas de uma possível variação do mesmo, onde mesmo com a melhora do indicador pode haver uma piora das condições sociais, ou ambientais. Após a escolha do “World Happiness Report” como o índice que melhor atende nossas necessidades, foi preferido utilizar do relatório do ano de 2016, apesar de existir o “World Happiness Report 2017”, a fim de equiparar o ano das duas bases de dado, haja visto que o último relatório de PIB per capita do FMI, utilizando a paridade do poder de compra, é para o ano de 2016. Outra informação importante sobre o quadro é que para o ranqueamento e comparação das informações, foram levados em consideração apenas países contidos em ambos os índices, podendo haver assim mudanças de posicionamento, se comparado com os quadros originais. Após o ajuste dos dados permaneceram um total de 149 países que se enquadravam no critério estabelecido, tendo sido o quadro completo formulado apenas com os mesmos. Para fins práticos, apresentaremos no corpo do texto apenas os quadros que nos forneçam informações relevantes sobre o assunto.⁷⁸

⁷ O índice de felicidade é composto pelos seguintes fatores: perspectiva de vida, log do PIB per capita, seguridade social, mortalidade infantil, liberdade de escolha, generosidade, percepção de corrupção, simpatia, antipatia, confiança no governo, democracia, índice de GINI, confiança, etc.

⁸ A tabela completa esta no apêndice.

Quadro 2: Comparação de países por PIB per capita e índice de felicidade; países com variação de posição iguais ou abaixo de 3⁹.

| Pais | P. PIB per capita | PIB per capita | P. índ. Felicidade | Pts. Felicidade | Dif. Posições |
|----------------|-------------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------|
| Malta | 29 | 36004,956 | 29 | 6,487999916 | 0 |
| Belarus | 60 | 17654,167 | 60 | 5,802000046 | 0 |
| Guinea | 144 | 1213,627 | 144 | 3,607000113 | 0 |
| Norway | 5 | 68430,181 | 4 | 7,498000145 | 1 |
| Turkmenistan | 64 | 16444,54 | 63 | 5,657999992 | 1 |
| Ghana | 117 | 4266,156 | 118 | 4,276000023 | 1 |
| Mali | 130 | 2198,994 | 129 | 4,072999954 | 1 |
| Burkina Faso | 139 | 1723,559 | 138 | 3,739000082 | 1 |
| Burundi | 148 | 818,45 | 149 | 2,904999971 | 1 |
| Germany | 17 | 46893,168 | 15 | 6,993999958 | 2 |
| United Kingdom | 24 | 41158,909 | 22 | 6,724999905 | 2 |
| South Sudan | 134 | 1991,982 | 136 | 3,832000017 | 2 |
| Madagascar | 143 | 1462,185 | 141 | 3,694999933 | 2 |
| Malaysia | 43 | 26314,797 | 46 | 6,005000114 | 3 |

Fontes: www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/weorept.aspx e www.worldhappiness.report/ed/2016/

Quadro 3: Comparação de países por PIB per capita e índice de felicidade; países com variação de posições iguais ou acima de 50⁶.

| Pais | P. PIB per capita | PIB per capita | P. índ. Felicidade | Pts. Felicidade | Dif. Posições |
|-------------|-------------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------|
| Gabon | 57 | 18639,047 | 128 | 4,120999813 | 71 |
| Bulgaria | 56 | 19097,265 | 123 | 4,217000008 | 67 |
| Botswana | 65 | 16368,191 | 131 | 3,973999977 | 66 |
| Nicaragua | 113 | 4997,178 | 47 | 5,992000103 | 66 |
| Hong Kong | 8 | 56700,766 | 73 | 5,458000183 | 65 |
| Guatemala | 100 | 7737,614 | 38 | 6,323999882 | 62 |
| Uzbekistan | 107 | 6068,447 | 48 | 5,986999989 | 59 |
| Moldova | 111 | 5006,241 | 54 | 5,896999836 | 57 |
| Costa Rica | 70 | 15482,343 | 14 | 7,086999893 | 56 |
| Brazil | 69 | 15614,528 | 16 | 6,952000141 | 53 |
| Greece | 42 | 26448,698 | 94 | 5,032999992 | 52 |
| El Salvador | 96 | 8302,539 | 45 | 6,06799984 | 51 |
| Portugal | 40 | 27834,751 | 90 | 5,123000145 | 50 |

Fontes: www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/weorept.aspx e www.worldhappiness.report/ed/2016/

⁹ Os quadros abaixo são apresentados contendo algumas abreviações em suas células, sendo P. abreviação de posição, índ. abreviação de índice, Pts. abreviação de pontos e Dif. abreviação de diferença.

Quadro 4: Comparação de países por PIB per capita e índice de felicidade; os 10 primeiros países no índice de felicidade⁶.

| Pais | P. PIB per capita | PIB per capita | P. índ. Felicidade | Pts. Felicidade | Dif. Posições |
|-------------|-------------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------|
| Denmark | 20 | 45709,417 | 1 | 7,526000023 | 19 |
| Switzerland | 7 | 58551,462 | 2 | 7,508999825 | 5 |
| Iceland | 19 | 46096,994 | 3 | 7,500999928 | 16 |
| Norway | 5 | 68430,181 | 4 | 7,498000145 | 1 |
| Finland | 25 | 41120,013 | 5 | 7,413000107 | 20 |
| Canada | 21 | 45552,633 | 6 | 7,403999805 | 15 |
| Netherlands | 13 | 49165,832 | 7 | 7,339000225 | 6 |
| New Zealand | 28 | 36171,647 | 8 | 7,334000111 | 20 |
| Australia | 15 | 47389,142 | 9 | 7,313000202 | 6 |
| Sweden | 14 | 47922,239 | 10 | 7,290999889 | 4 |

Fontes: www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/weorept.aspx e www.worldhappiness.report/ed/2016/

A tabela fornece informações importantes a respeito do assunto, primeiro que não há uma correlação exata entre PIB e felicidade, a diferença de posições média fica em torno de 20, contendo apenas 14 países (9%) cuja diferença de posição é menor ou igual a três, e somente 3 (2%) dos 149 possuem a mesma posição. Além dos poucos países com baixas variações de posição, existem também aqueles com grandes variações, tendo 36 países (24%) com variações igual ou maior que 30, e 13 países (8%) com variações igual ou maior que 50. É importante também observar que os dez primeiros países do índice de felicidade são países de renda per capita alta, superior a vinte mil dólares por ano, o que remete a um ponto específico do texto de Kalis, que apenas “acima de um determinado nível de crescimento econômico, que satisfaz necessidades materiais básicas, uma proporção crescente da renda vai para os chamados ‘bens posicionais’” (Hirsch, 1976, apud, Kallis, 2016, p. 151). Sendo assim, o acesso a bens de consumo básicos é fundamental para uma vida digna e feliz, mas longe de ser suficiente. Então o que fazemos com o que ultrapassa nossas necessidades básicas é um ponto fundamental para o bem estar social. Essa definição de excesso de energia é apresentada por George Bataille em seu ensaio *La notion de dépense*, que aparece pela primeira vez em *La Critique Sociale* (Janvier, 1933 apud Romano, 2016).

A *Dépense* se trata do que fazemos com o excedente produtivo, com tudo aquilo que ultrapassa nossas necessidades humanas básicas, é tudo aquilo que nos faz mais que animais, é tudo aquilo que nos torna humanos, como festas e festividades, e todo tipo de cultura e lazer. “Os diferentes padrões de excesso de uso de energia caracterizam e distinguem

diferentes tipos de sociedades no espaço e tempo. O excesso a ser gasto em sacrifício ou festejo, em guerra ou em paz. A sociedade tibetana, por exemplo, emprega o excesso de energia quase que inteiramente para apoiar uma determinada classe de monge” (Romano, 2016, p. 115). Porém, com o medo da “escassez” vivida em tempos passados, onde fora necessário o aumento da produção para o atendimento das necessidades básicas, alimentamos o crescimento como única forma de perpetuação social e como destino de boa parte do nosso excedente, sendo o investimento peça chave nesse quebra cabeça. O investimento é a parcela da *dépense* que alimenta o crescimento na sociedade capitalista. Em uma sociedade cujo fim não seja o crescimento, mas a boa qualidade de vida, deveremos decidir democraticamente qual fim dar a esse excedente, pois mesmo nas sociedades mais frugais, haverá sobra.

Com o avanço do capitalismo, cada vez mais o destino social da *dépense* é decidido e usufruído de forma individual.

[Onde] ao mesmo tempo em que os discursos capitalistas culpam a ociosidade dos ‘fatores de produção’ em nível da sociedade, eles também promovem a privatização do consumo supérfluo: o indivíduo pode ficar bêbado, gastar todas as suas economias no cassino, organizar festas privadas com champanhe e caviar para o seu séquito, gastar todos seus recursos acumulados em passatempos luxuosos ou compras ostentatórias, ou alugar belos corpos de mulheres e homens para orgias VIP. Toda essa *dépense* personalizada é permitida em nome da liberdade de cada indivíduo para procurar de forma ilusória o sentido da vida em sua esfera pessoal (D’Alisa et al, 2016, p. 282).

Porém, buscar o sentido da vida individualmente é uma ilusão antropológica, e nesse sentido devemos buscar o coletivo, e cada sociedade deve decidir democraticamente o destino de seus excedentes, de acordo com seus costumes e suas culturas, com aquilo que entendem que pode lhes proporcionar uma vida melhor e mais feliz. Com a definição coletiva de nossos excedentes poderemos nos certificar de garantir primeiramente as necessidades básicas e abrir espaço para que possamos festejar coletivamente (D’Alisa et al, 2016).

O sujeito sóbrio encontra sentido nas relações, não em si mesmo. Liberado do projeto de encontrar individualmente o sentido da vida, ele pode se dedicar a uma vida cotidiana centrada no cuidado e na reprodução, e participar da *dépense* social democraticamente determinada. Antropologicamente, esse sujeito do decrescimento

já existe. É o tema dos *nowtópicos*¹⁰ e das ecocomunidades. É encontrado entre os neorrurais que trabalham a terra ou os moradores da cidade que cultivam hortas urbanas ou que ocupam praças (D’Alisa et al, 2016, p. 283).

Para entendermos o que seria “uma vida cotidiana centrada no cuidado e na reprodução”, precisamos entender o conceito de cuidado.

D’Alisa define o cuidado como:

O cuidado é a ação cotidiana realizada por seres humanos para o bem-estar deles próprios e de sua comunidade. Neste caso, a comunidade é o conjunto de pessoas próximas e com as quais cada ser humano convive, como família, as amigas ou o bairro (D’Alisa et al., 2016, 105).

A função social do cuidado esta distante da lógica de mercado, ela não visa otimização ou eficiência, nem mesmo é remunerada, ela foca nas relações humanas e nas atividades políticas do cidadão, pontos que para Aristóteles eram fundamentais para uma vida boa e para o exercício da cidadania. “Martha Nussbaum (1986) de fato nos lembra de que há, segundo Aristóteles, três relacionamentos benéficos para o eu: amor, amizade e compromisso político” (D’Alisa, 2016, p.105). Sendo assim, a superação do imaginário capitalista é tão necessária para o desenvolvimento social pleno do cidadão quanto para a preservação ambiental em si, em um cenário onde a diminuição do consumo e da produção nos levaria a uma melhora da qualidade de vida e não o oposto, onde poderíamos ter mais tempo para família, para os amigos e para nos dedicarmos a nossa comunidade. O chamado ao decrescimento é um chamado ao viver melhor, é um chamado ao político, em que ela não termina com o saciamento de nossas necessidades básicas, mas começa nela (D’Alisa, 2016).

CONCLUSÃO DA SEÇÃO 2

Na seção 2.1 começamos por ver à importância dos indicadores para o direcionamento das políticas públicas e as aspirações da sociedade, tendo sido levantadas diversas deficiências do indicador PIB, sua total incompatibilidade com qualquer modelo de sociedade que não seja baseado no crescimento, e a necessidade de novos indicadores biofísicos e sociais para

¹⁰ *Nowtópicos* são pessoas que estão dispostas a oferecer seu “tempo livre” e seu conhecimento tecnológico em atividades coletivas não remuneradas como: hortas urbanas, cooperativas de consertos de bicicletas, coletivos de hackers que desenvolvem ferramentas de software livre [...]. Onde os dois principais elementos são o *tempo* e a *tecnosfera* (Carlsoon, 2016, p. 245, 246).

mensurarmos os fatores de real importância. Em seguida na seção 2.2.1 houve um debate sobre as funções sociais da economia, em que defendemos a ideia de que a economia deve ser posta em seu lugar, não sendo o objetivo das atividades humanas, mas ser usada como um instrumento para o auxílio da manutenção da vida. Posteriormente vimos como teorias heterodoxas perderam espaço em Harvard, e o processo de hegemonização da teoria neoclássica, inviabilizando qualquer tipo de questionamento referente ao sistema capitalista posto, e conseqüentemente sobre o imaginário dominante. Na seção 2.2.2 foram apresentados os conceitos de felicidade hedônica e eudemônica, experimentado se existe alguma correlação entre felicidade e PIB per capita, e após averiguar que acima do nível de renda necessário para suprir as necessidades básicas não existe uma correlação direta entre ambos, nos concentramos em entender o que aumenta o bem estar social após esse nível de renda.

Conclusão do capítulo 1

Após uma investigação sobre o capitalismo e seu elo com o crescimento econômico na seção 1.1, ficou claro através de constatações empíricas e teóricas a forte ligação existente entre ambos, onde um sistema capitalista sem crescimento até poderia existir por um período de tempo, mas estaria fadado a convulsões sociais. Sendo o crescimento uma característica do capitalismo e expressada através do aumento do PIB, analisamos na seção 1.2 os limites internos e externos existentes, os diversos problemas sociais e ambientais derivados da lógica capitalista e as diversas deficiências existentes no indicador, provando que o crescimento não é mais desejável, e que com o nível de produção alcançado, ele tende a gerar mais malefícios que benefícios. Com isso, na seção 2 pensamos em alternativas para uma transição a um modelo de sociedade sem crescimento, vindo na seção 2.1 à necessidade de novos indicadores e na seção 2.2 a importância da superação do imaginário capitalista para almejarmos uma sociedade em que todos tenham acesso aos bens de consumo básico necessários para a manutenção da vida, que todos tenham a possibilidade de pleno desenvolvimento humano, intelectual e espiritual, para pensarmos enquanto comunidade na conservação ambiental do planeta, através de um processo de humanização das relações sociais, plena democracia, revalorização da ética e do indivíduo como ser político. Para que isso aconteça, porém, se faz necessário sair do ciclo de “emburrecimento cívico” ao qual nossa sociedade esta imersa. Mas seria possível ultrapassar o imaginário capitalista dentro de uma sociedade capitalista? A seguir veremos casos onde esses sujeitos já existem.

CAPÍTULO 2 – EXPERIÊNCIAS DE DECRESCIMENTO/ ALTERNATIVAS NO MUNDO.

No último capítulo vimos que o crescimento econômico se tornou antieconômico e não é mais desejável, porém para superarmos o crescimento econômico precisamos ultrapassar o imaginário capitalista. Esse capítulo tem por objetivo responder a pergunta realizada na conclusão do último capítulo, se existe a possibilidade da superação do imaginário capitalista vivendo dentro de uma sociedade capitalista, e se essa superação pode ser algo benéfico. Sendo assim, iremos analisar se Ecovilas e ecocomunidades são comunidades cujas relações sociais são regidas por valores distantes da lógica capitalista, mas próximos a aqueles descritos no capítulo anterior como necessários para a superação do imaginário capitalista. Onde, diferente de comunidades indígenas e outras comunidades isoladas que não tiveram contato com o modelo social posto, as ecovilas foram imaginadas, construídas e são habitadas por sujeitos oriundos da sociedade do crescimento. Ao passo que, se essas hipóteses estiverem corretas, ao analisar as ecovilas poderemos ver exemplos de pessoas que mesmo tendo vivido numa sociedade capitalista conseguiram ultrapassar seu imaginário e criar uma estrutura social baseada em valores não econômicos, respondendo a pergunta realizada no último capítulo. Sendo assim, na primeira seção desse capítulo veremos algumas definições do que é uma ecovila, um pouco da história desse movimento, suas tendências, possíveis facilitadores, etc., e tentaremos dimensionar o tamanho desse movimento pelo mundo. Na seção 2 daremos um foco maior nas características físicas e sociais, tentando observar questões relativas à qualidade de vida, estruturas sociais, tipos de governança, etc., dentro dessas comunidades. No final da segunda seção tentaremos trazer o debate de qual seria o papel dessas ecocomunidades em nossa sociedade.

Seção 1 – Ecovilas e Ecocomunidades – definições, origem e mapeamento.

Essa seção tem por objetivo apresentar algumas definições do que é ecovila, acompanhado de um pequeno levantamento histórico do movimento, algumas tendências e iniciativas que já acontecem atualmente, e também tentar fazer um mapeamento das ecovilas existentes no mundo, a fim de apresentar um panorama geral do movimento no mundo.

Ecovila é um termo sabidamente difícil de definir com precisão. Isso pode ser explicado principalmente pela grande diversidade de características existentes entre as mesmas, fazendo com que para uma melhor definição se foque muito mais em suas aspirações, do que em suas características físicas. (Dawson, 2013) Por isso, para um entendimento mais completo do que é uma ecovila, comecemos vendo algumas definições do termo.

Segundo Cattaneo (2016, p. 218),

As ecocomunidades são planejadas e criadas especificamente para que as pessoas vivam juntas, com o objetivo de viver e trabalhar de acordo com princípios ecológicos, promovendo um grau de compartilhamento [...] e buscando bem - estar por meio de estilos de vida mais sustentáveis, democracia direta e um grau de autonomia.

O Global Ecovillage Network (GEN), que é uma rede global de ecovilas, e já estabeleceu rede com aproximadamente dez mil comunidades ao redor do mundo, tem a seguinte definição:

Uma ecovila é uma comunidade intencional, tradicional ou urbana, conscientemente projetada com forte presença de pertencimento local, que possuem processos participativos nos 5 pilares da sustentabilidade (social, cultural, ecológica, econômica e espacial) afim de promover uma regeneração social e ambiental desses espaços. Ecovilas são laboratórios vivos, pioneiros, bonitos, alternativos e de soluções inovadoras. Eles são assentamentos rurais ou urbanos com uma vibrante estrutura social, diferentes umas das outras, ainda que com características semelhantes de baixo impacto ambiental e alta qualidade de vida. (tradução própria)

Jonathan Dawson (2013, p. 218), professor chefe da cadeira de economia da faculdade de Schumacher e primeiro presidente do Global Ecoville Network, aponta que

A primeira tentativa de definição, e ainda a mais usual, é a de Robert Gilman's: 'um assentamento completo, com escala humana, a qual as atividades humanas são menos prejudiciais a natureza de forma a auxiliar o desenvolvimento humano saudável, com a possibilidade de continuidade até um futuro indefinido'(1991:10) (Tradução própria).

Porém a utilidade dessa definição seria limitada por tentar descrever um estado definido ao invés de uma estratégia de realização, podendo causar uma confusão entre ecovilas e outros tipos de comunidades sustentáveis. Sendo assim, o mesmo aponta cinco características que definem uma ecovila:

Quadro 5: Características das ecovilas.

| Ordem | Características ecovilas |
|-------|--|
| 1 | A iniciativa advém dos próprios cidadãos. |
| 2 | A vida em comunidade é uma questão central. |
| 3 | A procura por retomar o controle dos recursos comunitários. |
| 4 | Tem como base um grande grau de compartilhamento, as vezes advindo de uma base espiritual. |
| 5 | Atuam como centros de pesquisa, demonstração e na maioria dos casos, treinamento. |

Fonte: (Dawson, 2006).

Sintetizando, “uma ecocomunidade constitui uma entidade específica que existe entre o indivíduo e a sociedade em geral. Elas são caracterizadas por suas dimensões ambiental (eco) e social (comunidade)” (Cattaneo, 2016, p. 219), podemos dizer que ecovilas são comunidades que visam ser ecologicamente sustentáveis, com foco em proporcionar um desenvolvimento humano pleno aos seus membros, através de uma relação saudável com o meio ambiente e com a comunidade a sua volta. Apesar de as formas mais comuns de ecocomunidades serem as ecovilas, existem outras menos comuns, como as encontradas nos meios urbanos ou em prédios isolados (algumas delas, em formas de coabitação) (Cattaneo, 2016), desvinculando a ideia de ecocomunidades e ruralidade.

Historicamente as sociedades eram organizadas principalmente em um modelo de pequenas comunidades, onde até a industrialização, nenhuma sociedade tinha mais que 20% da população vivendo em cidades (Gilman, 1983, p. 8, apud, Junior, 2006). Apesar de em grande parte, esses modelos serem influenciados por fatores externos como a cultura, organização institucional e social da época, existem outros diversos exemplos de comunidades intencionais ao decorrer da história, comunidades que buscavam uma alternativa ao contexto social hegemônico de sua época. Podemos citar os seguidores de Buda, no século VI A.C., que abandonavam suas riquezas e iam viver comunitariamente em *ashrams*; comunidades espirituais essênias nos desertos da Palestina, no século II A.C.; os primeiros cristãos, que muitas vezes trocavam suas casas por uma vida comunitária ao lado de Jesus, em um movimento que ia de encontro à cultura Romana e judaica da época (Konezy, 2000, p. 17-

22, apud, Junior, 2006); o utopismo comunitário de Thomas more e Francis Bacon e o movimento comunitário-espiritual europeu Anabatista, são mais exemplos do período renascentista; no século XIX diversas experiências comunitárias como: New harmony, Shakers, Amana, Rappites, Oneida, Brook farm e Icaria ganham forma principalmente nos EUA (Junior, 2006).

No século XX, o movimento de ecovilas, no norte global, teve seus “anos dourados” em 60 e 70. O surgimento dos movimentos dos neorrurais e hippie, formados em sua maioria por jovens, foi mais um exemplo de movimento contra o “mainstream” econômico e cultural de sua época. Eles eram contra os rumos aos quais a sociedade estava tomando, ao qual o “sonho americano” estava estritamente ligada a uma ideia materialista, enquanto eles pregavam uma retomada da conexão entre o homem e a natureza e nas relações humanas; o movimento pacifista contra a guerra do Vietnã e o movimento anti armas nucleares, também foram peças chaves para o ressurgimento desse movimento de comunidades intencionais. (Dawson, 2013)

O sul global possuiu até mais recentemente uma estrutura social organizada em comunidades de pequeno e médio porte, as quais se encontram até hoje ainda muito presente em diversos países dessa região. Além de possuir uma memória recente da vida em pequenas e médias comunidades, podemos citar também comunidades intencionais de escravos fugidos (*palanques*, quilombos, *cumbes*, *marrons* e *mainels*), que foram grandes exemplos de resistência e autonomia. Tendo a escravidão nas Américas perdurado por mais de 400 anos (quatro vezes mais que o trabalho livre), existem assim, inúmeros exemplos desse tipo de comunidade durante os séculos XVI ao XIX, sendo o caso de Palmares o mais conhecido e talvez o maior exemplo de sucesso. O quilombo congregou até 11 mil pessoas, e persistiu por quase um século (Florentino, 2012). Em meados do século XX o movimento por comunidades intencionais no Sul resurgiu como uma resposta ao modelo de desenvolvimento dominante na época (Dawson, 2013). Após a segunda guerra mundial, as indústrias químicas e automobilísticas tiveram que encontrar novos mercados para escoar sua produção, encontrando na agricultura e nas indústrias nascentes dos países subdesenvolvidos esse mercado. Com juros baixos e grandes quantidades de capital disponível no mercado mundial, em meio a um cenário de bipolarização mundial entre EUA e a então União Soviética, os países do Sul viram uma oportunidade para o desenvolvimento da indústria e da agricultura. Com um cenário de governos militares na América Latina, aliados as políticas norte

americanas, deu-se início a um processo de industrialização e da chamada “revolução verde” na agricultura, através do endividamento. A revolução verde foi o processo de mecanização da agricultura, onde através de novas máquinas agrícolas e o uso de agrotóxicos, houve um aumento de cerca de cinco vezes na produtividade do trabalho e de cerca de dez vezes na produção. Apesar da “revolução verde” ter sido justificada como um meio de acabar com a fome do mundo, ela trouxe diversos problemas de justiça social e ambiental, além de não ter resolvido o problema da fome, pois o mesmo se tornou um problema de distribuição e não de produção, visto que essa produção nos países do sul tinha como destino os países do norte global (Andrades, Ganimi, 2007). “Quando associada aos movimentos ecológicos e ambientais do Brasil, a crítica posta ao modelo da Revolução Verde [...] se desenvolve, portanto, com três componentes que destacaremos a seguir” (Moreira, 2000, p. 44). Começaremos por uma crítica técnica, que questiona a relação do ser humano e a natureza.

Esse questionamento leva em conta a poluição e o envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos, a perda da biodiversidade, a destruição dos solos e o assoreamento dos nossos rios, e advoga um novo requisito a noção de desenvolvimento herdada: o de *prudência ambiental*. Desta crítica emergem tanto os movimentos de agricultura alternativa, como aqueles centrados nas noções de agricultura orgânica e agroecológica, e sugerem a discussão dos impactos de engenharia genética e da utilização de matrizes transgênicas em práticas agropecuárias alimentares. (Moreira, 2000, p. 44).

A segunda crítica aborda o aspecto social, onde podemos enumerar como consequências dessa política o “empobrecimento, desemprego, favelização dos trabalhadores rurais, êxodo rural urbano, esvaziamento do campo, sobre-exploração da força de trabalho rural, incluindo o trabalho feminino, infantil e da terceira idade” (Moreira, 2000, p. 45). O terceiro componente é uma crítica ao aumento da dependência da agricultura aos combustíveis fósseis, tendo sido evidenciado na crise do petróleo dos anos 70, e acarretando em um aumento dos custos do pacote tecnológico da revolução verde e uma redução dos subsídios de crédito (Moreira, 2000).

Por conta do momento político e por uma situação de escassez de recursos, o movimento no sul teve a necessidade da formação de redes de apoio desde o seu surgimento, sendo elas pioneiras nesse sentido. Mesmo no âmbito institucional, os países do sul tiveram o pioneirismo na criação de redes, a exemplo da Associação Brasileira de Comunidades Autossustentáveis (ABRASCA) criada em 1978, quatro anos antes da Nordic Campaign

criada apenas em 1982, oito anos antes da Fellowship for Intentional Community em 1986 e treze anos antes da Global Village Network (GEN) em 1995(Siqueira, 2015).

Apesar da escassez de recursos num primeiro momento, o movimento de ecovilas no Sul conseguiu ultrapassar as barreiras impostas através de um forte relacionamento em rede e tem aflorado cada vez mais. Um possível facilitador para tal florescimento pode ser movimentos como o “bem viver” na América do Sul, que “pressupõe críticas e alternativas às idéias convencionais sobre desenvolvimento” (Gudynas, 2016, p. 260), a “economia da permanência”, “[Que] visava estabelecer a democracia em pequena escala, administrada pelas próprias pessoas, ao atender as necessidades básicas, ajudando pequenas indústrias locais e a agricultura de subsistência” (Corazza et al, 2016, p. 265), e o “ubuntu”, “uma filosofia dos povos de língua banto, na África, [cujo] lema é: *uma pessoa é uma pessoa por meio de outras pessoas*. Um humano é ser e devir em relação e em interdependência com outros” (Ramos, 2016, 273), o que dialoga diretamente com a seção 2.2 do capítulo 1, em que “O sujeito sóbrio encontra sentido nas relações, não em si mesmo”.

Na Índia, o movimento “Vandana Shiva’s Bija Satyagraha,

Tem estado na linha de frente da batalha entre pequenos produtores rurais indianos e corporações multinacionais sobre o controle da produção e uso de sementes no país. Eles estão ajudando os fazendeiros a desenvolver e manejar bancos de sementes e estão tendo sucesso através de processos judiciais nas cortes tanto da Índia, quanto da Europa para revogar as patentes tomadas pelas multinacionais ocidentais (tradução própria) (Dawson, 2013, p. 229).

Na África podemos citar dois grandes avanços, o primeiro na Quênia, país de língua banto, que tem forte influência do ubuntu, onde

O “Green Belt Movement (GBM) na Kenya, se vê na missão de mobilizar comunidades sobre autonomia, justiça, equidade, redução da pobreza, e conservação ambiental – não é difícil de ver o uso de um enfrentamento mais agressivo e hostil – usando árvores como a ponto de partida (tradução própria) (Dawson, 2013, p. 229).

O segundo caso africano a ser citado é o de que o governo de Senegal tomou a impressionante decisão de criar uma agência nacional de ecovilas.

A declaração da agência é para transformar todas as 400 vilas de Senegal em ecovilas. Essas são indicações que o governo de Senegal vê isso mais ou menos um grande programa de serviço público, com intenção de planejamento de melhorar o abastecimento de água, construir instalações de energia renovável, aumentar o número de atividades agroflorestais, e assim por diante. (tradução própria) (Dawson, 2013, p. 225).

Outra iniciativa bem sucedida no Sul foi a La Caravana Arcoiris por La paz,

Uma comunidade de artistas e ativistas ecológicos, que fizeram um tour na América Latina nos últimos dez anos, em uma caravana de ônibus, ensinando sustentabilidade através da arte. Entre 2005 e 2008, a caravana foi comissionada pelo governo brasileiro para ajudar a desenvolver 15 centros culturais em cidades e vilas brasileiras. [...]. Hoje em dia, La Caravana está realizando um trabalho similar em cooperação com a secretaria de cultura em Coyoacán no México. (tradução própria) (Dawson, 2013, p. 225).

Inicialmente havia uma tendência de isolamento por parte das ecovilas, seguindo a visão prevalecente no movimento alternativo ou do nova era das décadas de 1960 e 1970, que compartilhavam uma visão utópica de resgate da comunidade ancestral e isolamento da sociedade materialista (Siqueira, 2016). Hoje podemos ver uma mudança de relação entre as ecovilas e o resto da sociedade, onde ao invés do isolamento, estas estão cada vez mais fazendo alianças e parcerias com agentes públicos e privados, e atuando ativamente junto às comunidades que as cercam na defesa dos interesses locais. Como exemplos podemos citar diversas parceiras com universidades, programas de ajuda humanitária baseado em “farm-plenty-works” em áreas como após o furacão em Nova Orleans, e após o terremoto do Haiti. Posteriormente fazendo um acompanhamento de longo prazo onde atuaram, ensinando empreendimentos comunitários básicos e serviços essenciais, para assegurar a sobrevivência dos realocados e da população em maior risco (Dawson, 2013).

Três ecovilas – Auroville na Índia, Sarvodaya no Sri Lanka, e A fazenda em Tennessee – foram agentes ativos ao lado do governo e na organização da comunidade local nas atividades de limpeza e reconstrução após o tsunami no sul da Ásia e o terremoto de Port-au-prince, em 2009 no Haiti. (tradução própria) (Dawson, 2013, p.226).

Outro exemplo de ecovila que possui uma grande atuação local em parceria com a comunidade que a cerca e o governo, é a ZEGG (centro de design cultural experimental) na Alemanha.

[Ela] tem desenvolvido diversos programas de disseminação de tecnologias sustentáveis como um sistema de tratamento biológico de esgoto, produção de comida orgânica, e uma comunidade de CO₂ neutro através de um sistema de aquecimento demitido (heating system fired) por lascas de madeiras locais. Seus esforços incluem seminários, workshops, dias de visitação, e artigos no jornal local. Para além, ZEGG tem sido um parceiro ativo de iniciativas locais, como a criação de uma escola gratuita no bairro vizinho de Belzig, um info-café que atua como centro de tolerância contra o extremismo e violência, projetos com refugiados e asilos, sistema de moedas comunitárias, um jardim de infância de bases naturais (nature-based kindergarden), campanhas promovendo trocas justas de produtos, auxílio a agricultura comunitária, e muitos tipos de atividades comunitárias, incluindo saraus, exposições de arte, e produções teatrais. (tradução própria) (Dawson, 2013, p.224).

Atualmente existem 1535 comunidades intencionais registradas no diretório online da *Fellowship for Intentional Community (FIC)*, e pelo menos 1241 registradas no *Global Ecovillages Network (GEN)*. As contidas no FIC estão classificadas em seis tipos diferentes:

Ecovilas – ecovilas são comunidades geralmente com um forte cunho ecológico.

Comunidades de coabitação – As comunidades de coabitação, geralmente incorporam tanto casas particulares quanto instalações comuns compartilhadas e o fortalecimento das conexões com os vizinhos e a vizinhança.

Comunas – são comunidades onde possuem 100% dos rendimentos compartilhados.

Cooperativas – são cooperativas, geralmente de com grande quantidade de coisas compartilhadas, comunidades de casas compartilhadas, geralmente focadas em estudantes universitários (repúblicas).

Comunidades Judaicas – comunidades de pessoas que se identificam espiritualmente ou religiosamente e tem o judaísmo como religião.

Comunidades Cristãs – comunidades de pessoas que se identificam espiritualmente ou religiosamente e tem o cristianismo como religião.

(tradução própria) (Fellowship for Intentional Community)

Enquanto que as existentes no GEN estão classificadas em 10 tipos diferentes, porém sem uma definição escrita, como no FIC. As classificações do GEN estão divididas em: rede de ecovilas; ecovila – intencional; ecovila – tradicional; ecoprojeto – projeto de permacultura; ecoprojeto – centro de aprendizado; comunidade religiosa ou espiritual; cidade de transição ou cidade em transição; comunidades de coabitação; habitações compartilhadas; não especificado ou outros (Global Ecovillages Network). Do total de comunidades registradas pelo FIC, 649 (42%) estão classificadas como ecovilas, enquanto no GEN esse número cai para apenas 119 (9,5%). Apesar de existir algumas plataformas de registro de ecovilas no

mundo, o cadastramento ainda está muito aquém da realidade, não constando em uma plataforma de dados organizada, e com registros por muitas vezes incompletos, onde embora existam essas duas plataformas de cadastro e rede a nível global, ainda existe uma grande dificuldade em mapear tais comunidades pelo mundo. O Fellowship por exemplo parece ter uma atuação mais forte nos EUA, onde o cadastro de comunidades intencionais no país representa cerca de 74% (1138) do total cadastrado, e o total de ecovilas no país representa cerca 65% (426) do total de ecovilas cadastradas. O GEN parece ter um problema quanto ao preenchimento do cadastro, pois existe uma grande divergência entre os números presentes nos diversos filtros, estando 1172 classificadas por região, 1241 classificadas por “tipo” (rural, urbana ou nômade), 1180 classificadas por países e apenas 471 classificadas por tipo de comunidade (ecovila intencional, ecovila tradicional, etc.), sendo cerca de 25% o total de ecovilas se comparado ao total que possui classificação por tipo de comunidade. Além disso existem redes que não possuem plataformas online e não estão presentes na internet, que é o caso da ABRASCA (Associação Brasileira de Comunidades Autosustentáveis) que em 2010, possuíam cerca de 50 comunidades brasileiras cadastradas, número muito maior que o registrado nas plataformas internacionais (5 presentes no GEN, e 7 no FIC). Segundo Gabriel Siqueira, “estima-se que até 2015 existiam no país mais de 300 comunidades desses tipos” (Siqueira, 2015, não paginado), o que indica que esses registros estão bastante subestimados ao menos no que tange a realidade brasileira. Outro problema encontrado ao se tentar trabalhar essas informações para obter um melhor retrato da realidade, é que esses bancos de dados não são unificados e não conversam, sendo possível que exista ecovilas presentes em ambas as plataformas, ou que estejam contidas em mais de um filtro ao mesmo tempo, inviabilizando dizer até mesmo a quantidade total de ecovilas cadastradas no mundo segundo essas redes. Siqueira admite a dificuldade de mapeamento das mesmas, sugerindo que isso se dá por “[m]uitas começarem como iniciativas locais e ainda não estão registradas formalmente, enquanto algumas outras ainda vivem em modos de vida tradicionais em áreas rurais afastadas, dificultando seu mapeamento” (Siqueira, 2015, não paginado), e talvez por ser

uma estratégia de um movimento que aparentemente é pautado pela visão utópica de resgate da comunidade ancestral e isolamento da sociedade centrada no mercado, visão que prevalecia no movimento alternativo ou da Nova Era das décadas de 1960, 1970 e que ainda resiste e possui representatividade no contexto brasileiro (Siqueira, 2015, não paginado).

CONCLUSÃO DA SEÇÃO 1

Começamos essa seção abordando algumas definições de ecovilas e cocomunidades, no intuito de primeiramente interar o leitor o que seria abordado no capítulo. Após essa breve explanação, continuamos apresentando um pouco do passado histórico desse tipo de movimento, ressaltando os diferentes cenários encontrados entre as ecovilas do norte global e as ecovilas do sul global, ao qual o movimento do norte global foi influenciado por um movimento de resistência a hegemonia cultural da época, e o movimento antiguerra e antiarmas nucleares, enquanto o movimento do sul resurgiu como uma forma de resistência ao modelo de desenvolvimento dominante na época, principalmente aos princípios capitalistas e as práticas utilizadas pela “revolução verde”, e que devido à falta de recursos, o movimento do sul, desde seu início teve a necessidade de redes de apoio, mas que apesar disso, se beneficiou de uma organização social em pequenas e médias comunidades até um passado mais recente e de movimentos como o “bem viver”, a “economia da permanência”, e o “ubuntu”. Vimos também que apesar de no passado o movimento usar a estratégia do isolamento, ha alguns anos essa tendência vem mudando, tendo hoje uma estratégia mais voltada para a criação de alianças e a disseminação de ideias e tecnologias através de cursos, workshops, pesquisa, consultoria, etc. Por último tentamos fazer um mapeamento das ecovilas pelo mundo, mas devido à natureza das ecovilas e a não existência de uma instituição internacional formal que centralize esses dados, vimos que esse mapeamento tende a não ser compatível com a realidade, estando provavelmente subestimado.

Seção 2 – Ecovilas e Ecocomunidades – Características, organização, objetivos.

Vimos na última seção algumas dificuldades de obtenção de informações quanto à ecovilas. A primeira dificuldade encontrada já é demonstrada no início da última seção ao tentar se definir e caracterizar o que é uma ecovila, sendo o principal motivo dessa dificuldade a grande diversidade cultural, religiosa e de estruturas sociais e institucionais existentes nas ecovilas ao redor do mundo. Por isso, essa seção tentará demonstrar um pouco dessas variações e das características comuns existentes em diferentes ecovilas, se baseando principalmente em dois documentários (Ecovillage Brasil – Caminhando para a Sustentabilidade do Ser; Life is Good: Sustainable Living), e em todo o conhecimento previamente adquirido sobre o tema e exposto na última seção.

O documentário “Ecovillage Brasil – caminhando para a sustentabilidade” tem a proposta de “mostrar uma visão mais ampla sobre a vida em ecovilas e comunidades, com um olhar mais aprofundado nas relações humanas” (Ecovilas Brasil, 2016), através de uma série de entrevistas com diferentes pessoas de mais de 10 ecovilas distintas. Logo de começo podemos observar uma grande variação entre essas comunidades no que tange o aspecto físico, onde a área varia entre 550 m² até 100 hectares, o população residente nelas fica entre 5 e 220 moradores, distribuídas em 9 cidades, em 5 estados brasileiros de três regiões diferentes (Sul, Sudeste e Nordeste). Além disso existe uma enorme variação quanto ao tempo de existência das mesmas, sendo a ecovila Vila Yamaguishi a mais antiga com data de fundação em 1988, e a ecovila Comunidade dedo verde a mais recente tendo sido inaugurada apenas em 2013. Dentro desse leque de 10 ecovilas diferentes apenas duas são urbanas, sendo elas também as mais recentes e as que apresentam as menores áreas.

No começo do documentário os entrevistados lembraram as motivações e o início do processo de fundação das ecovilas. Alguns deles apontaram para algo não completamente planejado, acompanhado de uma bagagem teórica e nenhuma bagagem prática, e outros para reprodução de um modelo mais planejado já vivenciado através de experiências anteriores em outras comunidades. Porém todos dizem ter sido norteados por algum valor, seja a busca por felicidade, luz, amor, ou significações filosóficas como a concretização de um sonho, a busca por uma alternativa de vida, por uma procura de significação da vida, vivenciar o sentido de comunidade, ou seu desenvolvimento pessoal e coletivo como ser humano. Um problema apontado para esse início de vivência é o caráter individualista das pessoas que vivem em um sistema social de separação, onde as pessoas se fecham dentro do seu núcleo familiar. Djalma Nery, da Estação Permacultura Veracidade, diz que

As comunidades tem o trabalho [...] de enfrentar um sistema, um padrão de relações humanas que ta posto há muito tempo. [...] E tentar desconstruir um pouco essa bolha na qual a gente se fechou, essa família nuclear. (Ecovilas Brasil, 2016)

Ponto relevante para a teoria do decrescimento, que para uma possível transição social, terá que se enfrentar essa lógica individualista implementada, e trabalhar em uma revalorização ser humano como ser social, pontos anteriormente discutidos na seção 2.2 do capítulo 1, ao abordar o conceito de felicidade eudemônica.

Ao tentar definir a experiência dessa alternativa de vida, Romeu Leite da ecovila Vila Yamaguishi define como um laboratório de uma maneira diferente de se organizar a sociedade, regida através de valores como a cooperação e o compartilhamento ao invés da competição e do acúmulo de bens, onde o lema é “harmonia entre a natureza e ações humanas conscientes”, definição bem similar à apresentada pelo GEN na seção 1 deste capítulo. Porém, um ponto que chama atenção é que alguns entrevistados colocam isso como uma escolha individual, que possa talvez não ser a melhor alternativa para “todos”, levantando a questão se o modelo de ecovilas seria algo suficiente ou mesmo socialmente aceito em uma sociedade do decrescimento. Porém Pavita Machado da ecovila Osho Rachana defende que “não é uma solução para todo mundo, mas é pra quase todo mundo. Eu diria que poucas pessoas podem se realizar fora de comunidade”, pois “o homem não é um ser sozinho, é interdependente”, ponto de vista similar ao que foi visto na seção 2.2 do capítulo 1 e na primeira seção deste capítulo ao falar da filosofia “ubuntu”.

Quando analisamos as práticas existentes dentro das ecovilas, pôde ser observado que em todas elas à busca por sustentabilidade esteve presente, onde se entende essa busca como um processo, em que nenhuma ecovila começa 100% sustentável, mas por meio da intenção e da procura por sustentabilidade, vai se mudando os processos e as práticas com o tempo e se tornando cada vez mais sustentável. Dentro das atividades voltadas a criação de uma comunidade sustentável, é visto à prática da permacultura, de atividades, produtos e construções que sejam menos agressivas ao meio ambiente e que interajam melhor com o mesmo, onde permacultura seria a “forma de organizar os ambientes humanos de forma sustentável e harmônico”, sendo guiado por princípios e pela ética, segundo Ana Cláudia da ecovila Fugikaha. É possível observar que todas as ecovilas participantes possuíam ao menos algumas atividades nesse sentido, sendo a bioconstrução; compostagem; separação dos resíduos para reciclagem; uso de energia solar; captação de águas de chuva; banheiros secos, que é um banheiro onde se separa as fezes da urina, e as fezes vão para a compostagem, evitando o desperdício de água e a contaminação do solo; produção e uso de produtos biodegradáveis; uso das águas provenientes das pias (água cinza) para irrigação das hortas e lavouras; utilização da agricultura orgânica ou quase orgânica; alguns exemplos de atividades realizadas dentro dessas ecovilas. Algumas das motivações vistas para se seguir esses processos seriam a preocupação com o meio ambiente em torno, com as próximas gerações e

a própria ética. Um exemplo dado é o uso de agrotóxico, que ao fazer uso do produto não se pensa que pode afetar a natureza, e nem que talvez outro produtor que fique rio abaixo receba águas contaminadas, ou mesmo em quem vai consumir esse “veneno” em casa. Além disso, é dito que a essa prática faz do produtor refém do produto, pois ele mata a vida no solo e cria plantas fracas que não resistem a insetos por falta de nutrientes, entendendo que a planta só está doente porque o solo não tem nutrientes suficientes pra ela. Os malefícios causados pelo uso de agrotóxicos foi abordado tanto na seção 1.2 do capítulo 1, ao apresentar aspectos negativos do crescimento relacionados às fronteiras das commodities, como na última seção ao falar das críticas relacionadas à revolução verde, mas é interessante observar o link feito entre o seu uso, e valores éticos.

Outra prática existente dentro das ecovilas que é importante observar é o grau de compartilhamento existente nas diferentes comunidades, em que é perceptível a grande variação entre uma e outra, mas certamente em todas elas esse grau é maior que os existentes em nossa sociedade. Esse grau varia de caixas únicos, onde toda comunidade têm acesso a ele, a caixas compartilhados, que existe uma parcela coletiva da arrecadação da venda dos produtos e serviços e tem uma parcela individual para cada um que participou daquele processo. Existem comunidades em que se faz o uso de casas compartilhadas, outras que optam por casas privadas apenas para o seu núcleo familiar, e outras que funcionam com ambas as estruturas, onde cada pessoa escolhe o modelo que lhe convém. O compartilhamento de espaços coletivos, ferramentas e guarda roupa são mais exemplos a ser citados.

Com relação à estrutura institucional quanto tomada de decisões e resolução de conflitos, podemos observar que esse é outro ponto que varia muito entre as diferentes ecomunidades. Temos o exemplo da ecovila Osho Rashana que o tempo começou a questionar todos os níveis de hierarquia social até mesmo a que tange as relações de pais e filhos. Eles viram na hierarquia algo que era prejudicial a todos, tanto a aqueles incumbidos de tomar as decisões e acabavam por ficar sobrecarregados, quanto a aqueles que não tinham o total poder de decisão sobre si mesmo, criando uma barreira para o crescimento individual de todos. O interessante é que similar à teoria do decrescimento econômico, no início não se tinha conhecimento de qual seria o resultado, não existia um modelo a ser seguido, mas através do questionamento de algo que se mostrava prejudicial, e da vontade de mudança, se chegou a uma nova estrutura social compatível as aspirações de todos ali. Sendo o processo

de decisão dentro da ecovila tomado de forma totalmente horizontal e democrática. Em contraponto na ecovila Comunidade Piracanga existe a presença de uma liderança personificada na figura da Angelina Ataíde, fundadora da ecovila, que é reconhecida pelos demais como a líder, não através de uma autoridade opressiva ou imposta, mas através de uma autoridade amorosa, como se fosse “uma grande mãe”, que coloca limites e olha para o todo. Além disso, existe a presença de lideranças dentro dos diferentes projetos existentes na ecovila, sendo essa liderança responsável por ir à frente, por “puxar” os demais, incumbido da “responsabilidade energética” daquele processo. Para resolução de conflitos, a ecovila Comunidade Piracanga tem três níveis. O primeiro é tentar resolver o conflito entre os próprios envolvidos, caso não resolva, o segundo é a busca de um terceiro indivíduo para auxiliar na resolução do conflito, e se o conflito permanecer é buscado a liderança para a resolução do conflito. Porém para evitar conflitos existem acordos de convivência, em Piracanga eles utilizam os quatro acordos de Miguel Luiz, que é (1) a impecabilidade com a palavra, (2) não se fazer suposições, (3) não levar nada pro pessoal, e (4) fazer o seu melhor; na ecovila Dedo Verde eles utilizam um lema mais simplificado que é o de viver a verdade; e na ecovila Fugikaha se usa de uma tradição indígena que é do bastão da fala sagrada, onde se forma uma roda, onde quem está com o bastão tenta expressar a verdade dentro de si através da fala, da energia e do seu corpo, enquanto isso os outros ficam em silêncio absoluto e tentam observar toda a mensagem ali passada, em uma filosofia que quem ouve presenteia quem fala com sua audição atenta, e quem fala presenteia quem ouve com a verdade em seu coração. Pavita Machado conta que a experiência advinda do fato de em ecovilas não se poder isolar uma pessoa a qual você teve algum conflito, é extremamente enriquecedora, pois as pessoas são obrigadas a lidar e superar seus conflitos relacionais, não podendo isolar a outra pessoa, e com isso se cria um aprofundamento das relações sociais. No convívio e na resolução de conflitos a intenção tem importância crucial, em um processo de respeitar e exaltar as diferenças, abrindo oportunidade de crescer na diversidade humana.

Outra questão observada no documentário é de que as comunidades do campo tem menos enfrentamento com a lógica dominante do que as comunidades da cidade. Porém alguns entrevistados acreditam que a sociedade já tem estrutura necessária para viver em comunidade, onde um prédio ou um escritório podem ter essência de comunidade, o que falta é a intenção, é resensibilizar as pessoas quanto às relações humanas, a voltar a se importar com o outro, a nos tornarmos humanos de novo. Ponto de vista interessante e agregador a

teoria do decrescimento, pois as estruturas físicas existentes são modelos plausíveis para transição, direcionando os esforços para questões relacionadas aos valores sociais e ambientais, e sugerindo que uma mudança não geraria um aumento do fluxo de materiais, pois poderia ser aproveitada a estrutura física existente. É possível ver que com o estreitamento dos laços sociais dentro das ecovilas, existe um fortalecimento do sentimento de pertencimento existente entre os moradores e as comunidades, demonstrado por querer estar e morar ali, por dividir e compartilhar uma vida comunitária que faz bem e impulsiona o seu desenvolvimento pessoal. Esse pertencimento é expresso tanto nas falas dos entrevistados quanto nas ações de cuidado a comunidade, seja no âmbito físico ou social.

Infelizmente não foi possível ver com profundidade temas como saúde, educação e segurança, que são também fundamentais para a vida em comunidade, mas existem pequenas menções e links que podem ser feitos através do documentário. No que tange a saúde, a vida em ecovilas seria uma experiência positiva tanto pela presença de alimentos sem agrotóxicos, quanto pela característica dos moradores participarem ativamente dos trabalhos manuais existentes, criando um padrão de vida não sedentário. Além disso, a prática e o incentivo ao esporte parece ser algo comum nas ecovilas, tendo um efeito tanto na interação comunitária quanto ao exercício físico. Outra questão que ainda podemos relacionar a saúde é a paz e a tranquilidade existentes nesses ambientes, evitando problemas relacionados ao stress, e a vida em comunidade que pode evitar problemas psicológicos como a depressão, problemas rapidamente abordados na seção 2.2 do capítulo 1, ao levantarmos a questão do aumento de alguns problemas que estão relacionados ao crescimento. Com relação à educação, é visto no documentário a existência de creches, e falas que entende-se a existência de escolas, além de um aprendizado prático muito rico. A segurança também é um ponto brevemente mencionado como um aspecto positivo em uma das falas, mas presumisse que a intensa interação social e a assistência comunitária existente nesses lugares sejam fatores que influenciem positivamente na segurança.

É interessante ver que os diversos aspectos observados no documentário convergem com as definições apresentadas na última seção, o que indica um bom direcionamento das definições apresentadas. Como exemplo de conceitos que aparecem tanto nos documentários como nas definições da última seção temos: planejamento/intencionalidade (mesmo que exista a falta de um conhecimento prático no início), sentido de comunidade, busca por

sustentabilidade, algum grau de compartilhamento, bem-estar, democracia, autonomia, pertencimento, desenvolvimento individual e coletivo. Também podemos ver que a presença de ecovilas em ambientes rurais e urbanos, é um ponto abordado em algumas das definições apresentadas.

Além disso, o que foi visto nos documentários, caminha no mesmo sentido ao que foi abordado por Cattaneo (2016) no capítulo sobre ecocomunidades. No texto ele explica que a maioria das ecocomunidades estão localizadas em áreas rurais porque “o acesso a meios naturais de produção é mais fácil e o aluguel dos imóveis, mais barato” (Cattaneo, 2016, p. 218), e que as variações no grau de compartilhamento, e de autonomia em relação ao resto da sociedade, podem ser questões desafiadoras para a criação e estabelecimento de uma comunidade (Cattaneo, 2016). Para ele

Em certo sentido, as ecocomunidades são *oikonomias* aristotélicas [...]. O dinheiro não tem papel fundamental, sendo simplesmente um meio para satisfazer necessidades. As ecocomunidades evitam a acumulação porque a comunidade garante a manutenção de um determinado nível de bem-estar para todos os seus membros (Cattaneo, 2016, p. 220).

Convergindo com o que pode ser observado nos vídeos, em que a vida dentro das ecovilas é orientada por valores não monetários, sendo o dinheiro um mero meio de satisfazer necessidades, e por isso evitam a acumulação.

Por último, faremos uma discussão sobre o papel das ecovilas na sociedade. Dawson (2013) faz aborda esse tema, porém sua análise é em um cenário com grandes mudanças climáticas, e o esgotamento dos recursos naturais. Ele entende que tanto em um cenário de mudanças lentas e graduais onde o estado ainda terá um papel fundamental na decisão de políticas públicas, quanto num cenário de rápidas mudanças em que os estado “quebraria” e perderia esse papel central para organizações comunitárias menores, as ecovilas terão um papel fundamental. “Nas últimas décadas o movimento de ecovilas construíram importantes alianças através de presença institucional na ONU, cursos universitários, projetos de pesquisa, e serviços de consultoria para agencias governamentais e não governamentais” (Dawson, 2013, p. 230) (tradução própria), sendo o papel das ecovilas guiar a sociedade a um desenvolvimento consciente, através do fortalecimento das redes de apoio, onde em um cenário que o governo falhar, as ecovilas terão o conhecimento necessário para apoiar a

sociedade. Esses conhecimentos incluem moedas sociais, permacultura, bioconstrução, modelos de governança, etc. Nesse cenário, as ecovilas teriam um papel similar aos mosteiros da idade média, em que seriam as instituições responsáveis por guardar, promover, desenvolver e transmitir o conhecimento necessário para a sociedade em crise. Seria então o movimento de ecovilas algo complementar ao sistema capitalista, para quando o mesmo entrasse em crise, ou seria um modelo alternativo de organização social? Todos os autores estudados veem o projeto de ecovilas como uma alternativa de organização social frente ao modelo capitalista implementado. O próprio Dawson (2013) vê o modelo de ecovilas como um possível substituto do modelo de organização social atual, em um futuro de escassez de recursos e energia, que o sistema capitalista entre em crise sem retorno. Kallis (2017) alerta, porém, que o movimento tem limitações práticas, pois “se isolar da sociedade” não é algo desejável para um movimento em massa. Mas vimos na primeira seção que o movimento de ecovilas segue a tendência de criar redes e alianças, de se aproximar da sociedade, e através de pesquisa, projetos educacionais, e consultorias, espalhar seu conhecimento e suas ideias para o resto da sociedade, contrapondo o argumento de Kallis. Através do estudo sobre ecovilas é possível perceber que são uma alternativa a estrutura social existente, não tendo como foco ser um apoio para as sociedades capitalistas em momentos de crise, mas sim sair da lógica capitalista e demonstrar que é possível a construção de uma sociedade baseada em valores éticos e morais, distantes da lógica de mercado. Para Dawson (2013) hoje em dia o grande desafio do movimento das ecovilas é na disseminação das ideias e do conhecimento acumulado, que pode ser feito através de pesquisas, educação e consultoria, principalmente no norte global que passa por um processo de encarecimento das terras e burocratização no processo para construção de uma ecovila. A teoria do decrescimento, no entanto, diverge desse cenário apocalíptico proposto, ao ponto que a teoria do decrescimento econômico é pautada para que o mundo não chegue até esse ponto, defendendo que comecemos a pensar em decrescer e superar o capitalismo hoje, para evitarmos um futuro catastrófico e possamos atravessar um processo de decrescimento sereno.

CONCLUSÃO DA SEÇÃO 2

Nessa seção pudemos analisar mais a fundo algumas características presentes nas ecovilas, onde apesar de cada uma ser única e por isso possuir diferenças umas das outras em diversos aspectos, foi possível observar aspectos comuns entre elas. Vimos que por o preço da

terra ser mais barato nas zonas rurais, existe uma tendência de existirem mais ecovilas no campo e que as presentes na cidade tendem a ter um tamanho menor; que essas comunidades são planejadas e que seus integrantes são movidos por motivações filosóficas individuais que diferem dos valores capitalistas; que existe uma interação social muito mais intensa; que valores como compartilhamento, sustentabilidade e pertencimento são comuns a todas as comunidades observadas; e que suas estruturas de tomada de decisão podem variar, mas que geralmente é orientada por um alto nível de democracia. Ao fazer uma comparação com a seção anterior e com alguns apanhados teóricos, ficou demonstrado que o apresentado nos documentários convergem tanto com as definições apresentadas na última seção quanto as anotações de Cattaneo (2016). Por último, analisamos o papel das ecovilas em diferentes cenários e vimos que independente do cenário, o projeto se mostra relevante para a sociedade ao apresentar um projeto alternativo de estrutura social, que carrega consigo uma grande quantidade de conhecimento acumulado, relevantes para a sociedade, sendo seu principal papel hoje em dia disseminar suas ideais e técnicas através de pesquisas, educação e consultoria.

Conclusão capítulo 2

Nesse capítulo foi apresentado o conceito de ecocomunidades e ecovilas, suas características, seus objetivos, um pouco do passado histórico do movimento no sul e no norte, e um mapeamento das ecovilas, a fim de mostrar o tamanho do movimento de ecovilas pelo mundo e a distribuição das mesmas em diferentes regiões. Na seção 1, começamos por definir o que seria uma ecovila, depois apresentamos um panorama histórico, ressaltando os diferentes cenários no sul e no norte, seguido de uma explanação sobre as tendências do movimento do mundo e em seguida um mapeamento desse movimento, tendo como objetivo passar um panorama geral do movimento. Já na seção 2, concentramos nossos esforços em uma análise mais próxima das ecovilas, focando em demonstrar as características, os tipos de governanças e instituições, os valores morais existentes, etc, ao invés do panorama geral, com o objetivo de aproximar nossa análise da realidade existente dentro das ecovilas, utilizando de uma esfera mais micro, complementando a seção 1 que foi abordada em um conceito mais macro. Além disso, no final da seção 2, é feita uma análise comparativa entre o que foi visto na seção e as definições apresentadas na seção 1, e posteriormente entre o observado na seção

e as anotações de Cattaneo. Por último, discutimos o papel do movimento de ecovilas no mundo frente a nossa realidade social.

CONCLUSÃO

Avaliamos como positivos o trabalho aqui apresentado por em maior ou menor grau ter atendido aos interesses de pesquisa direcionados pelos objetivos gerais e específicos. Tendo a monografia abordado a teoria do decrescimento através de um olhar teórico e empírico, utilizando de diferentes fontes metodológicas de pesquisa, com questionamentos e reflexões sobre as características e o funcionamento do sistema capitalista posto, e as consequências sociais e ambientais derivantes do sistema supracitado.

Com o objetivo de apresentar a teoria do decrescimento econômico, dividimos o trabalho em dois capítulos, cada um abordando um objetivo específico, sendo o primeiro destinado a apresentar uma introdução teórica através de críticas ao modelo de crescimento econômico e o segundo capítulo reservado a apresentar exemplos concretos que já acontecem pelo mundo, tendo sido este focado no modelo de ecocomunidades.

A fim de fazer uma introdução teórica ao decrescimento, no primeiro capítulo começamos por fazer uma crítica ao crescimento econômico e ao sistema capitalista. A primeira hipótese levantada aqui é de que o capitalismo é um modelo social cujo crescimento econômico é uma característica inerente ao mesmo. Para avaliar essa hipótese começamos fazendo uma argumentação teórica por meio da apresentação do ponto de vista de diferentes autores sobre a relação capitalismo - crescimento econômico, e posteriormente apresentando um pouco do debate existente sobre esse tema no meio acadêmico. Não foi possível concluir na seção 1.1 do capítulo 1 que o crescimento é uma característica intrínseca da capitalismo, pois não existe nenhuma inconsistência teórica dizer que o capitalismo “pode” não crescer, não existe nenhuma “lei econômica” que impeça isso, porém existe no mínimo uma forte correlação entre ambos, ao ponto que empiricamente observado, o capitalismo esteve historicamente ligado ao mesmo, em um cenário que quando o capitalismo não obtém crescimento passa por períodos de crises sociais. Sendo assim, mesmo não existindo inconsistência teórica, quanto tempo o capitalismo poderia se manter sem o crescimento econômico?

Após evidenciar historicamente e empiricamente a forte relação entre capitalismo e crescimento, na seção 1.2 do capítulo 1 focamos em apurar os limites internos e externos

existentes a um sistema econômico baseado no crescimento, os limites ao próprio crescimento, a fim de averiguar se o crescimento econômico não é nem sustentável e nem é mais algo desejável. Nessa seção entendemos o PIB como uma representação do crescimento econômico, e sendo assim, discutimos as três formas de crescimento do PIB. O primeiro fator (a) seria o aumento da quantidade de produtos e serviço produzidos, o segundo (b) acontece através da expansão dos mercados, captando economias, espaços e agentes que estavam fora dela, e o terceiro (c) através da mercantilização, que acontece mediante a incorporação de atividades que antes não eram ofertadas no mercado. Mostramos que a primeira forma de crescimento (a) encontra limites externos ao ponto que o crescimento infinito da produção é impossível em um planeta finito, com limites biofísicos claros. O segundo fator de crescimento também encontra limites externos, ao ponto que existe um limite biofísico existente, para a expansão dos mercados, onde o limite são os mercados existentes no planeta a primeiro momento e o número máximo de mercados possíveis de existir dentro do espaço limitado que é o planeta terra. Nessa parte abordamos também os problemas sociais proporcionados por esse tipo de expansão. Na apresentação da terceira maneira de crescer, apresentamos os limites biofísicos, institucionais e sociais, existentes a esse tipo de expansão, e também os problemas sociais derivados desse processo. Tendo concluído na seção que mediante todos os problemas sociais e ambientais provenientes do crescimento econômico, e suas diversas limitações, a hipótese de que o crescimento econômico não é sustentável e nem desejável esta correta.

Mediante as conclusões acima de que o crescimento econômico está intimamente ligado ao capitalismo e que ele não é sustentável e nem desejável, na segunda seção do capítulo 1 pautamos um debate a cerca das mudanças necessárias para transição para uma sociedade do decrescimento. Começamos então abordando na seção 2.1 do capítulo 1 uma discussão sobre a necessidade de substituição do PIB como indicador de progresso, apontando a importância e a relevância social dos indicadores, em uma situação que com uma mudança dos mesmos pode ser uma das formas mais fáceis e fortes de se fazer mudanças sistêmicas, pois a sociedade só mede aquilo que acha importante e se orienta com aquilo que mensura, sendo de extrema relevância ter um indicador que meça o que achamos socialmente significativo. Com isso analisamos o PIB sobre uma ótica crítica e concluímos que ele não é um bom indicador por primeiramente não distinguir atividades econômicas limpas das sujas e contaminantes, que causam danos ao meio ambiente e as comunidades que a cercam, segundo por não ser

nem mesmo um bom indicador de produção, por só conseguir mensurar as atividades que estão dentro do mercado, terceiro por não mensurar como é feito o crescimento, não levando em conta a distribuição da riqueza adquirida, e por último e mais importante por visar medir apenas o crescimento econômico, algo que segundo a última seção não é algo desejável. Então na continuação da seção nos concentramos em identificar indicadores sociais e biofísicos que pudessem orientar essa sociedade baseada fora do crescimento. Sendo possível concluir que o PIB é um indicador que apresenta inúmeras deficiências e que não atende as aspirações de uma sociedade do decrescimento, sendo necessário sua substituição, pois uma sociedade do decrescimento não é uma sociedade com PIB menor, mas uma sociedade com aspirações pautadas em melhoras sociais e diminuição dos fluxos de energias e matérias, não de capital.

O ponto abordado na seção 2.2 do capítulo 1 foi à necessidade do abandono do imaginário capitalista para uma possível transição. Essa seção se subdividiu em duas partes. A primeira (seção 2.2.1) parte questionou a função social da economia, e o processo de hegemonização de apenas uma teoria econômica nas principais faculdades no mundo, levantando a questão dos interesses econômicos dominarem áreas socialmente relevantes, assim como o saber. Sendo essa uma questão central tanto no que tange a importância desse trabalho, quanto à possível mudança de imaginário, pois à educação é uma questão central, a paideia, a ensinar ao cidadão seus direitos e deveres, qual seu papel dentro da sociedade, não apenas pautado em produzir, mas no papel de exercer o seu dever social político e comunitário. Na segunda parte abordamos conceitos de felicidade analisamos se existe alguma correlação entre PIB per capita e felicidade. Aqui foi observado que não existe uma correlação direta entre ambos, mas que possa existir uma correlação ao passo que o conceito de felicidade hedônica associa felicidade a obtenção de bem materiais e atividades prazerosas, sendo os dez primeiros países mais felizes possuintes de um PIB per capita relativamente alto. O que nos remete ao abordado teoricamente de que apenas “acima de um determinado nível de crescimento econômico, que satisfaz as necessidades materiais básicas, uma proporção crescente da renda vai para os chamados ‘bens posicionais’” (Hirsch, 1976, apud, Kallis, 2016, p. 151). Fazendo-se necessário então analisar o que fazemos com o que ultrapassa nossas necessidades básicas. É nesse ponto que introduzimos a noção da *depense* e focamos nossos esforços em examinar quais fatores se fazem necessários para o crescimento da satisfação e da felicidade após o atendimento das necessidades básicas. Através desse aparato

teórico e empírico vimos nesse capítulo que o crescimento não é mais desejável, e que dado o nível de desenvolvimento tecnológico e produtivo alcançado, a resolução de problemas como a fome, a pobreza, destruição ambiental, qualidade de vida, estão mais relacionados à vontade política do que a capacidade produtiva, sendo eticamente irresponsável não focar na solução desses problemas. Por isso a teoria do decrescimento econômico se faz necessária em um ambiente dominado por uma única teoria econômica que “prega” a continuação do crescimento, sendo o abandono ao crescimento um chamado ao bem viver, a qualidade de vida, ao ser político, a recolocação do ser humano no cerne das questões sociais.

O segundo capítulo visa a apresentar o modelo de ecovilas, sendo importante para fazer uma ligação entre todo o material teórico apresentado no último capítulo e experiências empíricas no mundo. Além disso, as ecovilas surgem como uma resposta ao questionamento se é possível à superação do imaginário capitalista mesmo vivendo dentro do sistema capitalista, vendo que ecovilas são comunidades cujas relações sociais são regidas por valores distantes da lógica capitalista, mas próximos a aqueles descritos no capítulo anterior como necessários para a superação do imaginário capitalista. Esse capítulo foi dividido em duas seções, tendo a primeira o objetivo de passar um panorama geral do movimento de ecovilas pelo mundo e o segundo de apresentar características físicas, organizacionais e sociais desse modelo, em uma escala mais micro.

Na seção 1 do segundo capítulo 2 começamos por apresentar algumas definições do que seria uma ecovila, importante para situar o que é o projeto de ecovilas. Seguindo fizemos uma explanação histórica do movimento de ecovilas pelo mundo, destacando as diferenças existentes entre o movimento existente no sul global daquele existente no norte global, onde o norte global teve principalmente uma influencia dos movimentos hippies e do movimento anti guerras, enquanto o movimento no sul surgiu de um cenário de enfrentamento da lógica desenvolvimentista dominante, em que apesar de suas limitações de recursos, se apoiou em filosofias e movimentos regionais como o “bem viver” na América do Sul, a “economia da permanência” na Índia, e o “ubuntu” na África, encontrando no estabelecimento de redes de apoio uma saída para lidar com a situação de escassez de recursos. A posteriori analisamos as tendências do movimento de ecovilas pelo mundo, concluindo que cada vez mais as ecovilas tem buscado sair do isolamento para criar alianças e práticas para a disseminação de suas ideias e suas práticas, através principalmente de treinamentos, workshops, pesquisa, e

consultoria. Por último na seção tentou-se fazer um mapeamento das ecovilas ao redor do mundo. É possível concluir na seção que o modelo de ecovilas é um modelo compatível à realidade humana, pois até um passado recente o modelo de organização em pequenas comunidades era o modelo dominante no mundo, e que através de parcerias e alianças essas comunidades estão mudando positivamente a realidade do mundo, principalmente das comunidades vizinhas. Com o mapeamento realizado é observado que o movimento de ecovilas pelo mundo já alcança grandes dimensões e por isso também grande relevância, mesmo tendo sido observado a dificuldade de mapeamento e que provavelmente os dados obtidos estão subestimados.

Na segunda seção do capítulo 2 fizemos uma observação mais aproximada do modelo de ecovilas, visando identificar as características presentes nessas comunidades. No início da seção foi possível observar que similar às definições apresentadas na seção 1 do capítulo 2, existe uma grande variação de características entre as ecocomunidades, em diferentes aspectos, mas também que existem características similares necessárias para caracterização de uma comunidade como uma ecocomunidade. Dentre as características comuns podemos citar o fato de todas serem comunidades intencionais, planejadas, pautada em valores e práticas distantes da lógica de mercado. Dentre esses valores podemos citar o compartilhamento, cuidado, pertencimento, cooperação, sentido de comunidade, autonomia, e quanto às práticas comuns foi identificado principalmente o estímulo à vida comunitária e diversas práticas voltadas à sustentabilidade. Vimos, porém, que existe enormes diferenças quanto ao grau de compartilhamento de cada comunidade, ao processo de tomada de decisões e resolução de conflitos, mas que ainda assim é comum uma participação mais democrática para a tomada de decisões e um apoio comunitário quando necessário para a resolução de conflitos, e que o tamanho em área e em número de habitantes, e a localização geográfica também são aspectos que podem variar muito de uma pra outra. Além disso, tentamos analisar pontos como saúde, educação e segurança, e posteriormente estabelecer um link entre o que foi visto na seção 2 e o que foi abordado na seção 1. Por último fizemos um último debate sobre o papel do movimento e do modelo de ecovilas no mundo, tanto nos dias atuais quando em um futuro próximo. Podendo com esses elementos abordados confirmar a hipótese de que ecovilas são comunidades cujas relações sociais são regidas por valores distantes da lógica capitalista, e próximos aos descritos como necessários para a superação do imaginário capitalista.

Foi possível concluir no segundo capítulo a dimensão e a importância do movimento de ecovilas, tanto no cenário atual quanto para uma transição para uma sociedade do decrescimento. Não foi possível concluir se o modelo de ecovilas é um modelo suficiente para essa mudança, mas que certamente é um dos modelos possíveis que podem compor essa transformação social proposta. Sendo também um exemplo concreto de comunidades que já vivem distante de uma lógica capitalista e que possuem um alto grau de sucesso.

Esse trabalho se faz necessário devido à aproximação dos limites biofísicos do planeta, em um momento que mundo ainda vivencia problemas ainda relacionados à crise mundial de 2008, gerando um aumento da busca pelo crescimento econômico como saída da crise, em um cenário de agravamento dos problemas ambientais e sociais. Essa produção se faz de especial importância também por abordarmos a teoria do decrescimento econômico, teoria esta pouco explorada no Brasil, dentro e fora do meio acadêmico, e que apresenta um modelo de desenvolvimento alternativo ao existente, algo que é fundamental para as ciências econômicas, principalmente em um cenário onde as principais universidades no mundo abordam apenas uma linha de pensamento. Consideramos também que dado o nível de avanço tecnológico alcançado, é irresponsável não atentarmos a questões como a fome, a pobreza, a destruição ambiental, e a qualidade de vida, em um quadro em que produzimos mais alimentos e bens de consumo que precisamos para atender a todas as necessidades humanas. Concluindo que o enfrentamento desses problemas está muito mais ligado a vontades políticas do que a capacidade produtiva, onde o modelo apresentado pode ser uma alternativa viável para o enfrentamento dos mesmos, colocando-os no cerne das discussões políticas.

A gente tentou apresentar o debate das experiências no mundo para algo que seja além do crescimento econômico, através de uma exposição teórica da teoria do decrescimento econômico, onde conseguimos discutir conceitos e hipóteses importantes sobre a teoria do decrescimento econômico. Esse é um trabalho inicial que pretende estimular outros debates sobre o tema, ao passo que ainda existe um largo campo de ideias que ainda não foram abordadas, como os desperdícios de recursos nas economias capitalistas, propostas de políticas públicas sugeridas para uma transição, crescimento populacional e outros exemplos concretos como hortas urbanas, cooperativas, sindicatos, etc., que ficam a disposição para a realização de trabalhos futuros.

BIBLIOGRAFIA:

A COMPASS Towards a Just and Harmonious Society, 2015 GNH survey report, **Centre of Bhutan Studies & GNH research**, 2016. Disponível em: <<http://www.grossnationalhappiness.com/wp-content/uploads/2017/01/Final-GNH-Report-jp-21.3.17-ilovepdf-compressed.pdf>>. Acesso em: 19/05/2018.

ALCOTT, B. Paradoxo de Jevons (efeito rebote), in D'Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 165 – 169.

ANDRADES, T.; GANIMI, R. Revolução Verde e apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v.21, p. 43 – 56, 2007. Disponível em: <https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf>. Acessado em: 07/07/2018.

ANDREUCCI, D.; MCDONOUGH T. Capitalismo, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 89 – 93 *apud* IGHAM, G. Capitalism. Cambridge: Polity, 2008.

ANDREUCCI, D.; MCDONOUGH T. Capitalismo, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 89 – 93.

ANGUELOVSKI, I. Justiça Ambiental, in D'Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 73 – 77 *apud* CARMIN, J.; AGYEMAN, J. *Environmental inequalities beyond borders: local perspectives on global injustices*. Cambridge: MIT Press, 2011.

ANGUELOVSKI, I. Justiça Ambiental, in D'Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 73 – 77 *apud* PARK, L. –H.; PELLOW, D.; *The Slums of Aspen: immigrants vs. the environment in America's Eden*. New York: New York University Press, 2011.

ANGUELOVSKI, I. Justiça Ambiental, in D'Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 73 – 77.

BEZERRA, J. Capitalismo, **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/capitalismo/>>. Acesso em: 19/07/2018.

BONAIUTI, M. Bioeconomia, in D'Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 49 – 52.

CARLSSON, C. Nowtópicos, in D'Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 245 – 248.

CATTANEO, C. Ecocomunidades, in D'Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 218 – 221.

CONDE, M.; WALTER, M. Fronteiras das commodities, in D'Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 146 – 150 *apud* __. “The modern world-system” as environmental

history? Ecology and Rise of capitalism. *Theory and Society*, v. 32, n. 3, p. 307 – 377, 2003.

CONDE, M.; WALTER, M. Fronteiras das commodities, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 146 – 150 *apud* MOORE, J. W. Sugar and expansion of the early modern world-economy: commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review: Fernand Braudel Center*, v. 23, n. 3, p. 409-433, 2000.

CONDE, M.; WALTER, M. Fronteiras das commodities, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 146 – 150 *apud* MARTÍNEZ-ALIER, J.; KALLIS, G.; VEUTHEY, S.; WALTER, M.; TEMPER, L. Social metabolism, ecological distribution conflicts, and valuation languages. *Ecological Economics*, v. 70, p. 153 – 158, 2010.

CONDE, M.; WALTER, M. Fronteiras das commodities, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 146 – 150.

CORAZZA, C.; VICTUS, S. Economia da Permanência, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 265 – 268.

D’ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, 312 p.

D’ALISA, G.; DEMARIA, F.; KALLIS, G. Prefácio: Vocabulário como poder, in D’ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 17 – 20.

D’ALISA, G.; DERIU, M.; DEMARIA, F. Cuidado, in D’ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 104 – 107.

D’ALISA, G.; KALLIS, G.; DEMARIA, F. Da austeridade à dépense, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 277 – 284.

DAWSON, J. From islands to network: the history and future of the ecovillage movement, in LOCKYER, J., VETETO, J., **Environmental Anthropology Engaging Ecotopia: Bioregionalism, Permaculture, and Ecovillages**. 1º edição, Berghahn Books, 2013, p. 217 – 234.

ECOVILAS BRASIL – Caminhando para a sustentabilidade do ser. Direção, Produção e Imagem: Rafael Togashi e Ilana Majerowicz. Produção: Itmix Produções Artísticas. Roteiro: Armando Moya. Montagem: André Helal, Rafael Togashi, Ilana Majerowicz. Edição: André Helal. Ecovilas Brasil, 2016. (57 min.), son., color., Youtube. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=5WdRf8jj4Ls>>. Acesso em: 15/08/2018.

ESCOBAR, A. Críticas ao desenvolvimento, in D’ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**, 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 58 – 62.

FELLOWSHIP FOR INTENTIONAL COMMUNITY. Fellowship for Intentional Community, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ic.org>>. Acesso em: 22/05/2018.

FLORENTINO, M.; AMANTINO, M. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI – XIX. **SciELO**, História, ciência, saúde – manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, 2012, p. 259 – 297. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19s1/14.pdf>>. Acesso em: 15/08/2018.

FRANÇA inclui tráfico de drogas no cálculo do PIB. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2018. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/02/franca-inclui-traffic-de-drogas-no-calculo-do-pib.shtml>>. Acesso em: 27/07/2018.

GLOBAL ECOVILLAGE NETWORK. Global Ecovillage Network, [s.d.]. Disponível em:< <https://ecovillage.org/>>. Acesso em: 15/08/2018.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. Earth Overshoot Day, 2018. O site mensura o dia da sobrecarga mundial. Disponível em: < <https://www.overshootday.org>> . Acesso em : 27/07/2018.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. Global Footprint Network, Advancing the Science of Sustainability, 2018. Instituição de pesquisa que mensura e aponta como o mundo maneja seus recursos. Disponível em: <<https://www.footprintnetwork.org/>>. Acesso em: 27/07/2018.

GÓMEZ-BAGGETHUN, E. Mercantilização, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 155 – 159 *apud* LUXEMBURG, R. The accumulation of capital. *Monthly Review Press*, 1951.

GÓMEZ-BAGGETHUN, E. Mercantilização, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 155 – 159 *apud* HARVEY, D. *The New Imperialism*. Oxford University Press, 1951.

GÓMEZ-BAGGETHUN, E. Mercantilização, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 155 – 159.

GUDYNAS, E. Bem Viver, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 260 – 264.

HELLIWELL, J.; LAYARD, R.; SACHS, J. World Happiness Report 2017. **World Happiness Report**, New York: Sustainable Development Solutions Network, 2017. Disponível em: < <http://worldhappiness.report/ed/2017/>>. Acesso em: 20/04/2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, 2016. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/weorept.aspx>> . Acesso em: 20/04/2018.

JEFFREY, K.; WHEATLEY, H.; ABDALLAH, S. The Happy Planet Index 2016, **New Economics Foundation (NEF)**, 2016. Disponível em: <<https://static1.squarespace.com/static/5735c421e321402778ee0ce9/t/57e0052d440243730fdf03f3/1474299185121/Briefing+paper++HPI+2016.pdf>> . Acesso em: 19/05/2018.

JUNIOR, S. J. S. Ecovilas e Comunidades Intencionais: Ética e Sustentabilidade no Viver Contemporâneo, In: Encontro da ANPPAS, III, 2006, Brasília – DF. p. 1 – 16. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA481-07032006-235557.DOC>. Acesso em: 06/07/2018.

JUNIOR, S. J. S. Ecovilas e Comunidades Intencionais: Ética e Sustentabilidade no Viver Contemporâneo, In: Encontro da ANPPAS, III, 2006, Brasília – DF. p. 1 – 16. *apud* GILMAN, R. The changing patterns of Community. A cultural history from tribes to cities and beyond. In Context Magazine, Langley, n. 1, inverno 1983.

JUNIOR, S. J. S. Ecovilas e Comunidades Intencionais: Ética e Sustentabilidade no Viver Contemporâneo, In: Encontro da ANPPAS, III, 2006, Brasília – DF. p. 1 – 16. *apud* KOZENY, G. In community, intentionally. In: FELOWSHIP FOR INTENTIONAL COMMUNITY (FIC). Communities directory: a guide to intentional communities and cooperative living. Rutledge, Missouri, 2000, p. 16-21.

KALLIS, G. **In defense of degrowth**. Edited by Aaron Vansintjan, March 2017, 221 p. *apud* FOSTER, B. J. Marxism and ecology: Common Fronts of a Great Transition, 2015. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2015/12/01/marxism-and-ecology/>>. Acessado em: 31/07/2018.

KALLIS, G. **In defense of degrowth**. Edited by Aaron Vansintjan, March 2017, 221 p.

KALLIS, G. Limites sociais do crescimento, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 151 – 154 *apud* HIRSH, F. *Social limits to growth*. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

KALLIS, G. Limites sociais do crescimento, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 151 – 154.

KALLIS, G.; DEMARIA, F.; D'ALISA, G. Introdução: Decrescimento, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 21 – 42 *apud* DALY, H. *Beyond growth: the economics of sustainable development*. Boston: Beacon Press, 1996.

KALLIS, G.; DEMARIA, F.; D'ALISA, G. Introdução: Decrescimento, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 21 – 42 *apud* MISHAN, E. J. *The costs of economic growth*. London: Staples Press, 1967.

KALLIS, G.; DEMARIA, F.; D'ALISA, G. Introdução: Decrescimento, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 21 – 42.

KOCKA, J. **Capitalism, a short history**. Princeton: translated by Princeton University Press, published by Princeton University Press, 2016, 198 p. Disponível em: <[file:///C:/Users/Rodrigo/Downloads/J%C3%BCrgen%20Kocka-Capitalism_%20A%20Short%20History-Princeton%20University%20Press%20\(2016\).pdf](file:///C:/Users/Rodrigo/Downloads/J%C3%BCrgen%20Kocka-Capitalism_%20A%20Short%20History-Princeton%20University%20Press%20(2016).pdf)>. Acessado em: 28/07/2018.

LATOUCHE, S. Descolonização do imaginário, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 119 – 123 *apud* Castoradis, C.; Escobar, E.; Gondicas, M. (Org.).(2005) *Une société à la derive*, Paris, Seuil. Tradução em inglês (de Helen Arnold) (2010), *A society Adrift*, Ner York: Fordham University Press.

LATOUCHE, S. Descolonização do imaginário, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 119 – 123 *apud* Castoradis, C. *Démocratie ET relativisme: débat avec le MAUSS*. Paris: Mille et Une Nuits, 2010.

LATOUCHE, S. Descolonização do imaginário, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 119 – 123 *apud* _____. *La montée de l'insignifiance*. Paris: Points, 1996. (Les carrefours Du Labyrinthe, IV). Traduzido para o inglês e editado de forma autônoma. *The rising tide of insignificance (the big sleep)*. Publicação eletrônica: 2003. Disponível em: <www.cotis.org/x/castoriadis/Castoriadis-rising_tide.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

LATOUCHE, S. Descolonização do imaginário, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 119 – 123.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p. 170 *apud* Gianfranco Bologna (org.), *Italia capace di futuro*, Bolonha, WWF-EMI, 2001, PP.86-8.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, 170 p.

LIFE IS GOOD: Sustainable Living. Direção e Filmagem: Mikiko Arai. Edição: Harry Scott, Matteo Mnacini, Sebastian Munk, Hana Levy, Sohrab Nahreini, Sergio Fernandez, Alice Appel, Ian Brunt, Jef Smith, Megumi Nagat. National Geographic, [s.d.]. (51 min.), son., color., Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=00-ivTsRTY4>>. Acesso em: 15/08/2018.

LOREK, S. Desmaterialização, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 124 – 127 *apud* PETERS, G.P.; MINX, J.C.; WEBER, C.L.; EDENHOFER, O. Growth in emission transfers via international trade from 1990 to 2008. *Proceedings of the national Academy of Sciences*, v. 108, n.21, p. 8.903-8.908, 2011.

LOREK, S. Desmaterialização, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 124 – 127 *apud* EUROPIAN ENVIRONMENT AGENCY. Environmental pressures from European consumption and production: a study in integrated environmental and economic analysis. EEA technical report n. 2/2013, compenhagen, 2013.

LOREK, S. Desmaterialização, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 124 – 127.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas a revolução verde. **USP**, Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 15, p. 39 – 52, 2000. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/292380/mod_resource/content/0/176-432-1-PB.pdf>. Acessado em: 07/07/2018.

O'NEILL, D. Produto interno bruto (PIB), in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 178 – 182.

O'NEILL, D.W. Measuring progress in the degrowth transition to a steady state economy. **Elsier**, *Ecological Economics*, v. 84, p. 221-231, 2012. Disponível em: <https://degrowth.org/wp-content/uploads/2011/05/oneill_degrowth-transition-to-a-steady-state-economy.pdf>. Acessado em: 01/04/2018.

O'NEILL, D.W. Measuring progress in the degrowth transition to a steady state economy. **Elsier**, *Ecological Economics*, v. 84, p. 221-231, 2012 *apud* Stiglitz, J.E., Sen, A., Fitoussi, J.-P., 2009. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. <http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr>.

O'NEILL, D.W. Measuring progress in the degrowth transition to a steady state economy. **Elsier**, *Ecological Economics*, v. 84, p. 221-231, 2012 *apud* MEADOWS, D. Indicators and Information Systems for Sustainable Development: A Report to the Balatan Group. The Sustainability Institute, Hartland, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/218559/mod_resource/content/1/Texto%20leitura%206%20-%20Indicadores%20e%20Sistemas%20de%20Informacao.pdf>. Acessado em: 04/05/2018.

RAMOSE, M. Ubuntu, in D'Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 273 - 275, 2016.

ROMANO, O. Dépense, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 114 – 118 *apud* _____. La notion de *dépense*. La Critique Sociale, v.1, n. 7, 1933.

ROMANO, O. Dépense, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 114 – 118.

RUSSAU, C. **Empresas alemãs no Brasil o 7x1 na economia**. Primeira edição, São Paulo: Elefante, 2017, 288 p.

SACHS, J.; BECCHETTI, L.; ANNETT, A. World Happiness Report 2016, Special Rome Edition (Vol. II). **World Happiness Report**, New York: Sustainable Development Solutions Network, 2016. Disponível em: <<http://worldhappiness.report/ed/2016/>>. Acesso em: 20/04/2018.

SEKULOVA, F. Felicidade, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 141 – 150 *apud* EASTERLIN, R. A. Build a better theory of well-being. *IZA Discussion papers*, n. 742, 2003.

SEKULOVA, F. Felicidade, in D'ALISA et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 141 – 150.

SHALDERS, A. Fortuna de bilionários brasileiros cresce 13% e chega a R\$ 549 bilhões em 2017. **BBC Brasil**, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/geral-42762862>>. Acessado em: 13 de abril de 2018.

SIQUEIRA, G. D. Mapeamento de Ecovilas e Comunidades Alternativas do Brasil. **IrradiandoLuz**, 2015. Disponível em: <<https://irradiandoluz.com.br/2015/10/ecovilas-e-comunidades-no-brasil.html>>. Acessado em: 01/08/2018.

SISTEMA de contas nacionais – Brasil referência 2010. **IBGE**, Nota metodológica nº 05, 2015. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas_2010/05_glossario_referencias.pdf>. Acesso em: 04/05/2018.

SORMAN, A. H. Metabolismo societal, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 78 – 82.

ULGIATI, S. Emergia, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, 133 – 136.

ULGIATI, S. Entropia in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 137 – 140.

VICTOR, P. A. Crescimento, in D’Alisa et al., **Decrescimento: Vocabulário para um novo mundo**. 1º edição, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016, p. 99 – 103.

VILLAS BÔAS, B. Pobreza extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas. **Valor econômico**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/5446455/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=Timeline>. Acesso em: 13 de abril de 2018.

APÊNDICE – TABELA COMPLETA PIB PER CAPITA X FELICIDADE.

| Pais | P. PIB per capita | PIB per capita | P. índ. Felicidade | Pts. Felicidade | Dif. Posições |
|----------------------|-------------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------|
| Qatar | 1 | 132098,686 | 35 | 6,375 | 34 |
| Luxembourg | 2 | 98987,188 | 19 | 6,870999813 | 17 |
| Singapore | 3 | 85253,242 | 21 | 6,738999844 | 18 |
| Kuwait | 4 | 70165,993 | 40 | 6,238999844 | 36 |
| Norway | 5 | 68430,181 | 4 | 7,498000145 | 1 |
| United Arab Emirates | 6 | 67616,879 | 27 | 6,572999954 | 21 |
| Switzerland | 7 | 58551,462 | 2 | 7,508999825 | 5 |
| Hong Kong | 8 | 56700,766 | 73 | 5,458000183 | 65 |
| United States | 9 | 55805,204 | 13 | 7,104000092 | 4 |
| Ireland | 10 | 55532,921 | 18 | 6,907000065 | 8 |
| Saudi Arabia | 11 | 53624,401 | 33 | 6,379000187 | 22 |
| Bahrain | 12 | 50094,93 | 41 | 6,217999935 | 29 |
| Netherlands | 13 | 49165,832 | 7 | 7,339000225 | 6 |
| Sweden | 14 | 47922,239 | 10 | 7,290999889 | 4 |
| Australia | 15 | 47389,142 | 9 | 7,313000202 | 6 |
| Austria | 16 | 47249,894 | 12 | 7,118999958 | 4 |
| Germany | 17 | 46893,168 | 15 | 6,993999958 | 2 |
| Taiwan | 18 | 46783,001 | 34 | 6,379000187 | 16 |
| Iceland | 19 | 46096,994 | 3 | 7,500999928 | 16 |
| Denmark | 20 | 45709,417 | 1 | 7,526000023 | 19 |
| Canada | 21 | 45552,633 | 6 | 7,403999805 | 15 |
| Belgium | 22 | 43584,993 | 17 | 6,928999901 | 5 |
| France | 23 | 41180,697 | 31 | 6,478000164 | 8 |
| United Kingdom | 24 | 41158,909 | 22 | 6,724999905 | 2 |
| Finland | 25 | 41120,013 | 5 | 7,413000107 | 20 |
| Japan | 26 | 38054,203 | 52 | 5,921000004 | 26 |
| South Korea | 27 | 36511,002 | 57 | 5,835000038 | 30 |
| New Zealand | 28 | 36171,647 | 8 | 7,334000111 | 20 |
| Malta | 29 | 36004,956 | 29 | 6,487999916 | 0 |
| Italy | 30 | 35708,311 | 49 | 5,977000237 | 19 |
| Spain | 31 | 34819,453 | 36 | 6,361000061 | 5 |
| Israel | 32 | 33656,079 | 11 | 7,267000198 | 21 |
| Cyprus | 33 | 32785,456 | 67 | 5,546000004 | 34 |
| Trinidad and Tobago | 34 | 32635,455 | 42 | 6,168000221 | 8 |
| Czech Republic | 35 | 31549,486 | 26 | 6,596000195 | 9 |
| Slovenia | 36 | 31007,442 | 61 | 5,768000126 | 25 |
| Slovakia | 37 | 29720,058 | 44 | 6,078000069 | 7 |
| Estonia | 38 | 28591,845 | 70 | 5,517000198 | 32 |
| Lithuania | 39 | 28359,1 | 59 | 5,813000202 | 20 |
| Portugal | 40 | 27834,751 | 90 | 5,123000145 | 50 |
| Poland | 41 | 26455,273 | 56 | 5,835000038 | 15 |
| Greece | 42 | 26448,698 | 94 | 5,032999992 | 52 |
| Malaysia | 43 | 26314,797 | 46 | 6,005000114 | 3 |
| Hungary | 44 | 26221,99 | 87 | 5,144999981 | 43 |
| Russia | 45 | 25410,917 | 55 | 5,855999947 | 10 |
| Latvia | 46 | 24712,166 | 66 | 5,559999943 | 20 |
| Kazakhstan | 47 | 24267,898 | 53 | 5,919000149 | 6 |
| Chile | 48 | 23459,556 | 23 | 6,704999924 | 25 |
| Argentina | 49 | 22553,582 | 25 | 6,650000095 | 24 |
| Panama | 50 | 21764,645 | 24 | 6,701000214 | 26 |

| Pais | P. PIB per capita | PIB per capita | P. índ. Felicidade | Pts. Felicidade | Dif. Posições |
|------------------------|-------------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------|
| Croatia | 51 | 21581,431 | 72 | 5,487999916 | 21 |
| Uruguay | 52 | 21506,521 | 28 | 6,545000076 | 24 |
| Romania | 53 | 20786,859 | 69 | 5,527999878 | 16 |
| Turkey | 54 | 20437,787 | 74 | 5,388999939 | 20 |
| Mauritius | 55 | 19509,189 | 64 | 5,647999763 | 9 |
| Bulgaria | 56 | 19097,265 | 123 | 4,217000008 | 67 |
| Gabon | 57 | 18639,047 | 128 | 4,120999813 | 71 |
| Lebanon | 58 | 18239,837 | 89 | 5,129000187 | 31 |
| Azerbaijan | 59 | 17993,433 | 77 | 5,290999889 | 18 |
| Belarus | 60 | 17654,167 | 60 | 5,802000046 | 0 |
| Mexico | 61 | 17534,441 | 20 | 6,777999878 | 41 |
| Iran | 62 | 17251,254 | 100 | 4,813000202 | 38 |
| Venezuela | 63 | 16672,715 | 43 | 6,084000111 | 20 |
| Turkmenistan | 64 | 16444,54 | 63 | 5,657999992 | 1 |
| Botswana | 65 | 16368,191 | 131 | 3,973999977 | 66 |
| Suriname | 66 | 16292,028 | 39 | 6,269000053 | 27 |
| Montenegro | 67 | 16123,142 | 84 | 5,160999775 | 17 |
| Thailand | 68 | 16097,353 | 32 | 6,473999977 | 36 |
| Brazil | 69 | 15614,528 | 16 | 6,952000141 | 53 |
| Costa Rica | 70 | 15482,343 | 14 | 7,086999893 | 56 |
| Iraq | 71 | 15474,232 | 106 | 4,574999809 | 35 |
| Dominican Republic | 72 | 14983,652 | 85 | 5,155000021 | 13 |
| Libya | 73 | 14649,634 | 65 | 5,614999771 | 8 |
| Algeria | 74 | 14503,877 | 37 | 6,355000019 | 37 |
| China | 75 | 14107,431 | 79 | 5,244999886 | 4 |
| Macedonia | 76 | 14009,137 | 91 | 5,120999813 | 15 |
| Colombia | 77 | 13846,511 | 30 | 6,480999947 | 47 |
| Serbia | 78 | 13671,426 | 82 | 5,177000046 | 4 |
| South Africa | 79 | 13165,164 | 110 | 4,459000111 | 31 |
| Peru | 80 | 12194,701 | 62 | 5,743000031 | 18 |
| Mongolia | 81 | 12146,643 | 96 | 4,907000065 | 15 |
| Jordan | 82 | 12122,853 | 76 | 5,302999973 | 6 |
| Egypt | 83 | 11849,629 | 114 | 4,361999989 | 31 |
| Tunisia | 84 | 11428,184 | 93 | 5,045000076 | 9 |
| Namibia | 85 | 11408,184 | 107 | 4,573999882 | 22 |
| Albania | 86 | 11300,824 | 103 | 4,655000021 | 17 |
| Ecuador | 87 | 11263,587 | 50 | 5,975999832 | 37 |
| Indonesia | 88 | 11125,921 | 75 | 5,314000013 | 13 |
| Sri Lanka | 89 | 10566,185 | 111 | 4,414999962 | 22 |
| Bosnia and Herzegovina | 90 | 10491,799 | 83 | 5,163000107 | 7 |
| Georgia | 91 | 9629,961 | 120 | 4,251999855 | 29 |
| Jamaica | 92 | 8758,505 | 71 | 5,510000229 | 21 |
| Paraguay | 93 | 8707,79 | 68 | 5,538000107 | 25 |
| Armenia | 94 | 8467,949 | 115 | 4,360000134 | 21 |
| Belize | 95 | 8373,327 | 51 | 5,955999851 | 44 |
| El Salvador | 96 | 8302,539 | 45 | 6,06799984 | 51 |
| Bhutan | 97 | 8200,667 | 80 | 5,196000099 | 17 |
| Morocco | 98 | 8164,421 | 86 | 5,151000023 | 12 |
| Ukraine | 99 | 7970,752 | 117 | 4,323999882 | 18 |
| Guatemala | 100 | 7737,614 | 38 | 6,323999882 | 62 |

| Pais | P. PIB per capita | PIB per capita | P. Índ. Felicidade | Pts. Felicidade | Dif. Posições |
|----------------------------------|-------------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------|
| Angola | 101 | 7343,802 | 134 | 3,865999937 | 33 |
| Philippines | 102 | 7254,198 | 78 | 5,278999805 | 24 |
| Republic of Congo | 103 | 6721,676 | 121 | 4,236000061 | 18 |
| Bolivia | 104 | 6465,255 | 58 | 5,822000027 | 46 |
| India | 105 | 6161,617 | 112 | 4,403999805 | 7 |
| Nigeria | 106 | 6108,406 | 98 | 4,875 | 8 |
| Uzbekistan | 107 | 6068,447 | 48 | 5,986999989 | 59 |
| Vietnam | 108 | 6024,353 | 92 | 5,06099987 | 16 |
| Myanmar | 109 | 5468,764 | 113 | 4,394999981 | 4 |
| Laos | 110 | 5309,406 | 97 | 4,875999928 | 13 |
| Moldova | 111 | 5006,241 | 54 | 5,896999836 | 57 |
| Pakistan | 112 | 5000,008 | 88 | 5,131999969 | 24 |
| Nicaragua | 113 | 4997,178 | 47 | 5,992000103 | 66 |
| Honduras | 114 | 4868,552 | 99 | 4,870999813 | 15 |
| Mauritania | 115 | 4395,329 | 124 | 4,201000214 | 9 |
| Sudan | 116 | 4343,843 | 127 | 4,138999939 | 11 |
| Ghana | 117 | 4266,156 | 118 | 4,276000023 | 1 |
| Zambia | 118 | 3868,07 | 101 | 4,795000076 | 17 |
| Bangladesh | 119 | 3606,645 | 104 | 4,643000126 | 15 |
| Cambodia | 120 | 3487,459 | 133 | 3,907000065 | 13 |
| Kyrgyzstan | 121 | 3362,61 | 81 | 5,184999943 | 40 |
| Kenya | 122 | 3207,655 | 116 | 4,355999947 | 6 |
| Cameroon | 123 | 3143,743 | 108 | 4,513000011 | 15 |
| Tanzania | 124 | 2904,036 | 142 | 3,665999889 | 18 |
| Tajikistan | 125 | 2749,403 | 95 | 4,995999813 | 30 |
| Yemen | 126 | 2670,613 | 140 | 3,723999977 | 14 |
| Chad | 127 | 2634,274 | 137 | 3,763000011 | 10 |
| Nepal | 128 | 2465,233 | 102 | 4,793000221 | 26 |
| Senegal | 129 | 2451,295 | 122 | 4,218999863 | 7 |
| Mali | 130 | 2198,994 | 129 | 4,072999954 | 1 |
| Benin | 131 | 2113,163 | 146 | 3,483999968 | 15 |
| Zimbabwe | 132 | 2096,151 | 125 | 4,19299984 | 7 |
| Uganda | 133 | 2002,624 | 139 | 3,739000082 | 6 |
| South Sudan | 134 | 1991,982 | 136 | 3,832000017 | 2 |
| Afghanistan | 135 | 1947,002 | 147 | 3,359999895 | 12 |
| Rwanda | 136 | 1807,005 | 145 | 3,515000105 | 9 |
| Ethiopia | 137 | 1800,728 | 109 | 4,507999897 | 28 |
| Haiti | 138 | 1750,098 | 130 | 4,027999878 | 8 |
| Burkina Faso | 139 | 1723,559 | 138 | 3,739000082 | 1 |
| Sierra Leone | 140 | 1577,191 | 105 | 4,635000229 | 35 |
| Comoros | 141 | 1518,671 | 132 | 3,95600009 | 9 |
| Togo | 142 | 1483,405 | 148 | 3,302999973 | 6 |
| Madagascar | 143 | 1462,185 | 141 | 3,694999933 | 2 |
| Guinea | 144 | 1213,627 | 144 | 3,607000113 | 0 |
| Malawi | 145 | 1124,161 | 126 | 4,156000137 | 19 |
| Niger | 146 | 1079,708 | 135 | 3,855999947 | 11 |
| Liberia | 147 | 872,754 | 143 | 3,621999979 | 4 |
| Burundi | 148 | 818,45 | 149 | 2,904999971 | 1 |
| Democratic Republic of the Congo | 149 | 769,752 | 119 | 4,271999836 | 30 |

Fontes: www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/01/weodata/weorept.aspx e www.worldhappiness.report/ed/2016/